

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR SANTA CRUZ LTDA

FACULDADE SANTA CRUZ - FACRUZ



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2014 - 2018

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE

NOVEMBRO/2016

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR SANTA CRUZ LTDA

FACULDADE SANTA CRUZ - FACRUZ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2014 – 2018

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE

NOVEMBRO/2016

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

a) Nome da Mantenedora

Centro de Ensino Superior Santa Cruz LTDA

b) Base legal da Mantenedora

Endereço Sede: Rua Júlia Aragão, Nº 307, Centro – Santa Cruz do Capibaribe - CEP: 55.190-000.

Inscrita no CNPJ sob o nº 05.744.399/0001-39

Pessoa Jurídica de Direito Privado com fins lucrativos - Sociedade Empresária.

Registro na JUCEPE sob o NIRE No. 26201410721

c) Nome da IES

Faculdade Santa Cruz - FACRUZ

d) Base legal da IES

Endereço: Rua Júlia Aragão, Nº 307, Centro – Santa Cruz do Capibaribe - CEP: 55.190-000

Portarias de autorização e reconhecimento:

- Autorizada pela Portaria nº 3.028 de 23/09/2004 – Publicada no Diário Oficial da União em 27/09/2004.
- Reconhecida pela Portaria nº 251 de 18/04/2016 - Publicada no Diário Oficial da União em 19/04/2016.

Portarias de Reconhecimento do curso de Administração:

- Reconhecida pela Portaria nº 297 de 26/12/2012 – Publicada no Diário Oficial da União em 28/12/2012

e) Perfil e missão da IES

PERFIL INSTITUCIONAL

Missão, objetivos e metas da Instituição, na sua área de atuação:

MISSÃO

A FACRUZ tem por missão produzir, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através de um ensino superior de qualidade indissociavelmente articulados aos benefícios da pesquisa e da extensão, de modo a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social do País. Bem como, formar profissionais éticos, conscientes e críticos, qualificados para o mercado de trabalho proporcionando o crescimento social na construção da justiça e da democracia.

No cumprimento de sua missão institucional, a Faculdade Santa Cruz - FACRUZ tem como princípios norteadores:

A promoção da excelência acadêmica, nas ciências, artes e humanidades.

O respeito à diversidade intelectual, artística, institucional e política.

A gestão democrática, transparente e descentralizada.

A igualdade de condições de acesso e permanência.

A valorização e promoção do desenvolvimento de pessoas.

O compromisso com a democracia e a justiça social.

De uma forma geral, os projetos da FACRUZ terão como finalidade realizar estudos e ações voltados para as questões sociais mais amplas e para o desenvolvimento de alternativas capazes de promover a melhoria da qualidade do ensino e de atender aos anseios específicos da comunidade. Também merecem destaque na sua missão as ações voltadas para a implantação de uma cultura de avaliação na Faculdade.

VISÃO

A FACRUZ tem como visão:

Ser uma Faculdade de referência educacional, reconhecida pela excelência na prestação de serviços como instituição de ensino superior, através de uma conduta ética e moral, resultando assim no desenvolvimento do capital intelectual da sociedade.

VALORES

Compromisso e responsabilidade social;

Democracia;

Ética nas relações;

Gestão participativa;

Humanismo;

Inclusão social;

Manifestações culturais;

Qualidade;

Respeito à diversidade;

Transparência.

OBJETIVOS PEDAGÓGICOS INSTITUCIONAIS

Colocar a formação integral do ser, na construção plena da cidadania, de acordo com os princípios cristãos de liberdade e responsabilidade.

Formar cidadãos éticos, líderes, empreendedores nas mais diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Apoiar, por meio de suas atividades de ensino e extensão, o desenvolvimento harmônico e integrado da comunidade com vistas ao bem-estar social, econômico e político.

Constituir-se em uma Instituição aberta à comunidade, livre e democrática, como centro de preservação do saber, da cultura e da história humana.

Ofertar o ensino superior em todas as áreas do conhecimento, comprometido com os princípios éticos, a qualidade e a excelência, e focado no aprendizado dos seus alunos.

METAS

- Implantação de cursos de graduação, pós-graduação, extensão, sequenciais, profissional e em nível técnico.
- Integração do ensino às atividades de extensão.
- Implementação do processo de avaliação institucional, interna e externa.
- Ampliação da rede de intercâmbio, com vistas ao desenvolvimento de programas interinstitucionais, nacionais e internacionais.
- Qualificação do pessoal técnico-administrativo.

Ações Pedagógicas Institucionais

As ações institucionais deverão ser desenvolvidas em 03 (três) eixos distintos:

A formação de profissionais competentes e éticos (missão), a formação de uma imagem de centro de excelência (visão) e adoção de um projeto pedagógico e resultados satisfatórios em termos de desempenho acadêmico e institucional (objetivos).

Finalidades

Promover a cidadania pautada na democracia, na justiça, na igualdade, na equidade e na participação de todos os membros da comunidade escolar, assegurando-lhes a formação comum indispensável à progressão no trabalho e em estudos posteriores comprometidos com e pela justiça social.

f) dados socioeconômicos da região;

A FACRUZ ambiciona engajar-se no processo de desenvolvimento que se verifica na região de Pernambuco e espera ocupar, com muito empenho e dedicação as oportunidades criadas por uma sociedade que caminha a passos largos para

ampliar sua participação no cenário nacional na medida em que o fortalecimento dos investimentos privados e a modernização do estado criam novas solicitações e estímulos nas áreas da produção e do conhecimento.

Nesse contexto, a FACRUZ esta preparada para oferecer aos alunos egressos do Ensino Médio uma sólida formação profissional, amparada por um embasamento humanístico que lhes



proporcione condições de adquirir uma visão abrangente da realidade em que irão atuar, interferindo com consciência nos padrões de educação da comunidade.

HISTÓRIA DA CIDADE

A origem do nome da cidade de Santa Cruz do Capibaribe surgiu depois que o Português Antônio Burgos fixou moradia na confluência do Rio Capibaribe com o Riacho Tapera, por recomendações médicas, o português precisava do clima salubre devido à saúde frágil. Por volta de 1750, Burgos se instalou, com a família e os escravos, onde construiu uma cabana de taipa para se alojar. Muito religioso, o português mandou construir próxima a sua casa uma capela e a sua frente colocou uma grande cruz de madeira que deu origem ao nome da cidade. O crucifixo de madeira é conservado até hoje na Matriz de Santa Cruz do Capibaribe.

A partir da construção da capela, iniciou-se o povoamento local e no ano de 1953 a vila foi elevada à categoria de cidade. O distrito de Santa Cruz foi criado pela lei municipal nº 2, de 18 de abril de 1892, subordinado ao município de Taquaritinga. Pelo decreto-lei estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Santa Cruz passou a denominar-se Capibaribe e o município de Taquaritinga a denominar-se Taquaritinga do Norte. Foi elevado à categoria de município com a denominação

de Santa Cruz do Capibaribe, através da lei estadual nº 1818, de 29 de dezembro de 1953, data anualmente comemorada.

DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO

O Curso de Administração oferecido pela FACRUZ esta inserido em um cenário geográfico, político, social e econômico de Pernambuco que lhe exige uma identidade mesclada por características locais e ao mesmo tempo universais, posto que pretende formar profissionais que se destacam pelo respeito à sua cultura e pela competência de enriquecê-la com ideias e ações contemporâneas que estimulam o desenvolvimento sustentável, em prol de uma sociedade para todos.

Com muito empenho e dedicação a FACRUZ pretende ocupar as oportunidades criadas por uma sociedade que caminha a passos largos para ampliar sua participação no cenário nacional na medida em que o fortalecimento dos investimentos privados e a modernização do estado de Pernambuco criam novas solicitações e estímulos nas áreas da produção e do conhecimento. Nesse contexto, a FACRUZ se prepara para oferecer aos alunos egressos do Curso de Administração uma sólida formação profissional, amparada por um embasamento humanístico que lhes proporcione condições de adquirir uma visão abrangente da realidade em que irão atuar, interferindo com consciência nos padrões de educação da comunidade.

Santa Cruz do Capibaribe é a terceira maior cidade do Agreste Pernambucano em população com 87.582 habitantes e sua área é de 336 km² segundo IBGE/2010, atrás apenas de Caruaru e Garanhuns. A Capital da Sulanca¹ além de uma cidade Polo é a maior produtora de confecções de Pernambuco segundo o SEBRAE é a 2^o maior produtora de confecções do Brasil, possui o maior parque de confecções da América Latina em sua categoria, o Moda Center Santa Cruz que foi inaugurado em outubro de 2006, o gigante construído no Agreste Setentrional pernambucano, distante do centro 3 km, que abriga, de modo

¹ Termo utilizado para denominar a produção de roupas, que teve início no final dos anos 40. Como eram produzida quase que de forma artesanal, deu-se o nome de sulanca. Outra vertente para o termo é que empresários traziam restos de helanca do Sul e devido a junção dos dois, ficou sulanca. No entanto, a versão que prevalece até hoje, é a primeira.

permanente, a feira de confecções (sulanca) que antes funcionava como feira livre no centro da cidade. Construído em 65 hectares ao lado da cidade de Santa Cruz do Capibaribe a 180 km do Recife, que com Toritama e Caruaru formam o destacado triângulo das confecções em Pernambuco.

Hoje Santa Cruz do Capibaribe é uma cidade exemplo de empreendedorismo, trabalho e conquista. A influência da cidade de Santa Cruz do Capibaribe se expande sobre área com raio de 70 km de sua sede, segundo IBGE/2010, uma população de 240.415 mil residentes:

CIDADE	POPULAÇÃO	ÁREA TERRITORIAL (KM²)
ALCANTIL (PB)	5.398	305, 394
BARRA DE SÃO MIGUEL (PB)	5.611	595, 211
BREJO DA MADRE DE DEUS	45.180	762, 345
CARAÚBAS (PB)	3.899	497, 204
FREI MIGUELINHO	14.293	212, 707
JATAÚBA	15.819	672, 183
SANTA MARIA DO CAMBUCÁ	13.021	92, 148
SURUBIM	58. 515	252, 855
TAQUARITINGA DO NORTE	24.903	475, 183
TORITAMA	35.554	25, 704
VERTENTES	18.222	196, 325

Fonte: IBGE, 2010

Nos últimos vinte e cinco anos, a economia, principalmente nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e de Caruaru, tem passado por profunda transformação, dada a produção e comercialização de confecções populares, as chamadas sulanca, vendidas na Feira da Sulanca, em Caruaru.

O município de Santa Cruz do Capibaribe tem sua economia baseada na produção e venda de confecções. Hoje a cidade é o segundo maior polo de confecções do Brasil, superada apenas pela cidade de São Paulo e é o maior produtor de confecções do estado de Pernambuco. Possui o maior parque de feira de confecções da América Latina, construído numa área total de 32 hectares, com

área coberta de 120.000 m², com 9.312 boxes e 858 lojas, 06 praças de alimentação, estacionamento para mais de 4.000 veículos. Juntamente com Toritama e Caruaru, o município de Santa Cruz do Capibaribe forma o chamado Triângulo das Confeções e é também conhecido como a Capital da Sulanca.

Produto Interno Bruto 2011		
Valor adicionado na Agropecuária	3.852	Mil reais
Valor adicionado na Indústria	104.486	Mil reais
Valor adicionado no Serviço	496.109	Mil reais
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	77.583	Mil reais
PIB a Preço de mercado corrente	682.029	Mil reais
PIB Per Capita	7.597,26	Reais

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2011.

A atividade econômica predominante é indústria e o comércio (sulanca) com maior potencialidade de desenvolvimento para confeções. A Feira da Sulanca deu grande impulso à economia de Santa Cruz do Capibaribe, fazendo surgir na cidade centenas de empresas familiares.

COMERCIO	QUANTIDADE
MICROEMPRESAS	3.500
PEÇAS PRODUZIDAS POR ANO	100.000.000
FATURAMENTO ANUAL	300.000.000
EMPREGOS DIRETOS GERADOS	15.000
INDIRETOS GERADOS	30.000
LOJAS	2.000
FEIRANTES	6.000

A feira funciona, principalmente, como uma espécie de atacado para centenas de pequenos comerciantes de outras cidades de vários pontos do Brasil, que chegam de carros e dezenas de ônibus fretados. Atualmente, o índice de desemprego na cidade é praticamente zero. **Santa Cruz do Capibaribe** é a terceira maior cidade do Agreste Pernambucano em população com 87.582 habitantes e sua área é de 336 km² segundo IBGE/2010, atrás apenas de Caruaru e Garanhuns.

A Capital da Sulanca além de uma cidade Polo é a maior produtora de confecções de Pernambuco segundo o SENAI e a 2^o maior produtora de confecções do Brasil, possui o maior parque de confecções da América Latina em sua categoria, o **Moda Center Santa Cruz** que foi inaugurado em outubro de 2006 o gigante construído no agreste setentrional pernambucano, distante do centro 3 km, que abriga, de modo permanente, a feira de confecções (sulanca) que antes funcionava como feira livre no centro da cidade.

Construído em 65 hectares ao lado da cidade de Santa Cruz do Capibaribe a 180 km do Recife, que com Toritama e Caruaru formam o destacado triângulo das confecções em Pernambuco. Hoje Santa Cruz do Capibaribe é uma cidade exemplo de empreendedorismo, trabalho e conquista.



Fonte: arquivo Moda Center

O município de Santa Cruz do Capibaribe tem sua economia baseada na produção e venda de confecções. Hoje a cidade é o segundo maior pólo de confecções do Brasil, superada apenas pela cidade de São Paulo e é o maior produtor de confecções do estado de Pernambuco. Possui o maior parque de feira de confecções da América Latina, construído numa área total de 32 hectares, com área coberta de 120.000 m², com 9.312 boxes e 858 lojas, 06 praças de alimentação, estacionamento para mais de 4.000 veículos. Juntamente com Toritama e Caruaru, o município de Santa Cruz do Capibaribe forma o chamado Triângulo das Confecções e é também conhecido como a Capital da Sulanca.

A atividade econômica predominante é indústria e o comércio (sulanca) com maior potencialidade de desenvolvimento para confecções. A Feira da Sulanca deu grande impulso à economia de Santa Cruz do Capibaribe, fazendo surgir na cidade centenas de empresas familiares. A feira funciona, principalmente, como uma espécie de atacado para centenas de pequenos comerciantes de outras cidades de vários pontos do Brasil, que chegam de carros e dezenas de ônibus fretados. Atualmente, o índice de desemprego na cidade é praticamente zero.

SAÚDE

De acordo com o IBGE 2011, a cidade de Santa Cruz do Capibaribe conta com 06 estabelecimentos de saúde total, assim distribuídas: 05 públicas e 01 privada. A cidade conta ainda com 39 leitos para internação em estabelecimentos de saúde total.

EDUCAÇÃO

Já no que se refere à área educacional, o município de Santa Cruz do Capibaribe conta com 93 escolas sendo 39 do ensino fundamental, 14 do ensino médio e 40 do ensino pré-escolar e estão matriculados no total de 15.641, sendo 8.181 alunos no ensino fundamental, 4.028 no ensino médio e 3.432 no ensino pré-escolar conforme informações do IBGE de 2012.

A distribuição da rede de ensino está assim composta:

- Escolas do Ensino Fundamental – 05 estaduais, nenhum registro de federais, 16 municipais e 18 privadas.

- Escolas do Ensino Médio – 07 estaduais, nenhum registro de federal e municipal e 07 privadas.
- Escolas de Ensino Pré-escolar – Nenhum registro de estadual e federal, 18 municipais e 22 privadas.

A educação de Santa Cruz do Capibaribe no ensino pré-escolar, fundamental e médio possui 1.016 professores, que estão engajados na formação dos futuros cidadãos pernambucanos. Quanto ao ensino superior de Santa Cruz do Capibaribe conta com 02 instituições de ensino particular, conforme dados do (Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012).

ENSINO SUPERIOR

Atualmente, a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, possui duas (03) Instituições de Ensino Superior, sendo uma delas mantidas pelo CESAC, a Faculdade Santa Cruz – FACRUZ.

As condições socioeconômicas dos municípios que compõem a cidade de Santa Cruz do Capibaribe e região vêm crescendo gradativamente, o que contribui significativamente no aumento da capacidade de investimento produtivo e na melhoria da qualidade de vida da população, exigindo assim a presença de profissionais qualificados e habilitados para atender à demanda do mercado de serviços. Com isto a FACRUZ tem como objetivo primordial atender a um mercado latente e em franca evolução, pelos benefícios ímpares não somente pelos conhecimentos a serem disseminados, pautados nas bases da ciência e da tecnologia, mas para o desenvolvimento da região e do próprio Estado de Pernambuco.

Santa Cruz do Capibaribe é reconhecida por apresentar baixas taxas de desemprego, além de Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e rendas individuais muito superiores às médias dos municípios interioranos do Estado de Pernambuco.

Breve Histórico da Mantenedora e da Mantida

Em 27 de setembro de 2004, por ato do Ministro da Educação consubstanciado na Portaria MEC nº. 3.028, credencia a Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, mantida pelo Centro de Ensino Superior Santa Cruz LTDA - CESAC, para a oferta de cursos superiores na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, sendo o primeiro deles, o curso de Administração.

Reunimos uma feliz combinação de fatores: a modernidade de uma proposta educacional interdisciplinar, que valoriza as formações humanistas, críticas e reflexivas; o envolvimento de nosso corpo docente, composto por doutores, mestres e especialistas; e as confortáveis instalações, que incluem salas de aula amplas, climatizadas e equipadas, além de biblioteca atualizada e laboratórios para o exercício prático.

Os projetos pedagógicos dos cursos atendem às diretrizes curriculares nacionais fixadas pelo MEC, especialmente quanto à organização curricular, perfil de egressos, competências e habilidades a serem desenvolvidas. Logo, a Instituição obteve a autorização de funcionamento dos seguintes cursos:

AUTORIZAÇÃO:

- Autorizada pela Portaria nº 3.028 de 23/09/2004 – Publicada no Diário Oficial da União em 27/09/2004.

RECRENCIAMENTO:

- Recredenciada pela Portaria nº 251 de 18/04/2016 - Publicada no Diário Oficial da União em 19/04/2016.

Atento às crescentes exigências e necessidades do mercado de trabalho o Plano de Desenvolvimento Institucional prevê a implantação de mais cursos superiores entre bacharelado, Licenciaturas, Tecnológicos, Cursos Sequencias e de Pós Graduação.

A estrutura curricular da FACRUZ estimula o aluno a realizar estágio supervisionado, prática profissional, elaboração de trabalho de conclusão de curso, atividades complementares, extensão, práticas investigativas e iniciação científica.

Nossas diretrizes pedagógicas estão voltadas para a responsabilidade social, a promoção da cultura, os programas institucionais de financiamento de estudos para alunos de baixa renda, as relações e parcerias com a comunidade e as instituições, a inclusão social e a educação inclusiva.

Na era da informação e da globalização, é consenso o fato de que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação. No Brasil, o conhecimento é a maior esperança para se construir e consolidar uma sociedade mais justa e democrática.

A Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, situada em Santa Cruz do Capibaribe, tem a missão de contribuir para o desenvolvimento de um projeto de educação superior de qualidade, uma Faculdade centrada em valores sólidos e rigorosos no que se refere ao saber, mas ao mesmo tempo moderna, dinâmica, inovadora. É assim que se resume a trajetória da FACRUZ. O espaço perfeito para o desenvolvimento da educação.

Ainda no final de 2014 a mantenedora da FACRUZ, o Centro de Ensino Superior Santa Cruz – CESAC, foi adquirida por um grupo de educadores da cidade de Campina Grande/PB, liderados pelo prof. Williams Barbosa Fernandes e profa. Nadjala Carvalho Barbosa, sendo iniciado assim um novo ciclo na história da FACRUZ.

DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

1.1. Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.

Tomando-se como referência o período do PDI de credenciamento da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, bem como o PDI apresentado para credenciamento verifica-se que foi previsto, na expansão planejada da Faculdade

Santa Cruz - FACRUZ um conjunto de iniciativas e medidas nos vários âmbitos institucionais que se articularam com a missão institucional, particularmente explicitada nos objetivos comprometidos com o ensino de graduação de qualidade e a interação fecunda com a comunidade, a cidade e a região.

Dentre as iniciativas e medidas previstas que já foram e vêm sendo efetivadas, destacamos as seguintes:

1.1.1. Implementação de novos cursos de Graduação:

Após a autorização do seu curso de bacharelado em Administração, da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ vem colocando em prática o planejamento previsto no seu PDI, solicitando a autorização de novos cursos.

1.1.2. Implantação de novas unidades acadêmicas:

Com a expansão do número de cursos e de alunos, a Faculdade Santa Cruz - FACRUZ irá expandir a sua infraestrutura, passando também a contar com novas edificações.

1.1.3. Implementação do Programa de Cursos de Pós-graduação *lato sensu*:

Também previstos no seu PDI, foram implantados os seguintes cursos de pós-graduação *lato sensu*: Gestão Estratégica de Marketing e Gestão de Pessoas com ênfase em Departamento Pessoal.

1.1.4. Implantação dos procedimentos administrativos em todas as áreas da IES

Após um trabalho de levantamento de processos a Faculdade Santa Cruz - FACRUZ elaborou um plano de implantação da padronização dos procedimentos administrativos em todas as duas áreas, seja acadêmica ou administrativa-financeira.

1.2. Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas).

O Projeto de Auto-avaliação da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ foi elaborado em cumprimento a Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), está fundamentado nas disposições da Portaria MEC nº. 2.051, de 09 de julho de 2004, nas Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições e nas Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação, editados pela CONAES e pelo INEP.

O SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. É integrado por três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos: 1) Avaliação das Instituições de Educação Superior, que se desenvolve em duas etapas principais: (a) autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES; (b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP; 2) Avaliação dos Cursos de Graduação e 3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

No contexto do SINAES, a autoavaliação é percebida como um processo contínuo por meio do qual a Instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Constitui-se em condição básica para o necessário aprimoramento do planejamento e gestão da Instituição, uma vez que propicia a constante reorientação de suas ações.

Para a FACRUZ, a auto-avaliação e a avaliação externa (de cursos e da IES) são importantes instrumentos para a tomada de decisão e delas resultam uma auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, assim como, uma autoconsciência nos membros da comunidade acadêmica de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e para o futuro.

1.2.1. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

1.2.1.1. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL

São objetivos das avaliações e do acompanhamento do desempenho institucional da FACRUZ:

- Seu aperfeiçoamento, crescimento e consolidação institucional; continuidade do respeito e da qualificação do projeto institucional;
- Compreender os parâmetros de qualidade e as diretrizes curriculares dos cursos;
- Elaboração de relatórios com as conclusões da comissão, para comparação com resultados anteriores e futuros;
- Construção de seu caráter pedagógico.

Projeto de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional: o processo de avaliação do desempenho institucional abrange a gestão, o ensino e a extensão, e ocorrerá de acordo com os seguintes princípios, realizado por comissão integrada por representantes da comunidade acadêmica, corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo, buscando-se:

- Perenidade;
- Complementariedade das avaliações interna e externa (autoavaliação, ENADE, Conceito Preliminar de Curso, Conceito de Curso e Índice Geral de Cursos);
- Participação da comunidade acadêmica;
- Trato de dados quantitativos e qualitativos;
- Discussão com a comunidade acadêmica;
- Elaboração de relatórios para comparação futura;
- Aproveitamento dos resultados para revisão do PPC e PDI.

DIMENSÃO 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos

os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

2.1. Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais.

As políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pela Faculdade Santa Cruz - FACRUZ traduzem o disposto no seu Regimento Geral da IES, e estão coerentes com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

A Faculdade Santa Cruz - FACRUZ tem na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, princípio essencial firmado em seus documentos oficiais. Trata-se de trinômio consagrado.

Por isso, em seus cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu as atividades de ensino (aulas teóricas, aulas práticas, estágios supervisionados, ensino clínico, prática clínica supervisionada) são articuladas à produção do Trabalho de Conclusão de Curso, a qual é antecedida, também, pelo ensino das disciplinas preparatórias ao desenvolvimento da investigação científica.

Por isso, também, são diversas as ações de extensão universitária de per si (projetos, cursos, eventos, produção de material educativo) como as ações que derivam da realização dos estágios nas instituições conveniadas com a IES. Por isso, ainda, o próprio fomento que as ações de extensão representam para o repensar do ensino e da própria extensão, proporcionando a realização de reflexões sobre os conteúdos e a dinâmica do próprio Curso e exercitando a investigação científica (nos TCCs).

Efetivamente, cabe ênfase no fato de que o trinômio ensino-pesquisa-extensão é a condição de sustentação inerente à formação acadêmico profissional que a FACRUZ proporciona à sua clientela escolar.

Ensino e pesquisa. Em cada curso, as diversas áreas, disciplinas, módulos, estágios profissionalizantes do currículo - cuja finalidade precípua é nutrir o processo ensino-aprendizagem e preparar o profissional - são matrizes para o exercício da

investigação científica; ou seja, para a reflexão sobre as problemáticas do curso ou para a investigação em prol do ensino. Neste aspecto, cabe referência aos Trabalhos de Conclusão de Curso, ou Trabalhos Finais de Graduação, ou Projetos Experimentais de Graduação. Diversos Trabalhos de Conclusão de Curso dos alunos, cujos orientadores são professores de disciplinas do curso, proporcionam resultados que enriquecem os conteúdos dos programas de ensino, das atividades práticas e de estágio, e são divulgados em eventos acadêmicos.

2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.

A atuação da IES no âmbito dos cursos de graduação expressa o atendimento às políticas institucionais do PDI quanto à expansão da oferta das oportunidades educacionais, sob o norte da missão de proporcionar formação acadêmico-profissional nas diferentes áreas do conhecimento, oferecendo à sociedade cidadãos responsáveis e profissionais produtivos, e articulando-se com ela e com os poderes públicos no atendimento às demandas e na solução dos problemas da comunidade, da região e do estado.

Assim, a Faculdade Santa Cruz - FACRUZ empenha-se em contemplar as demandas dos diferentes segmentos da sociedade civil, oferecendo cursos de formação de recursos humanos para atuar em diferentes setores sociais e do mercado de trabalho. É essencial enfatizar que os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação:

- estão contextualizados nos âmbitos regional e nacional;
- estão embasados na existência de profissionais das áreas dos cursos nesses âmbitos;
- estão comprometidos com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos cursos;
- contemplam estruturas curriculares modernas e adequadas ao cenário educacional da região, do estado e do país.

Assim, cada curso de graduação reflete, simultaneamente, - a área de conhecimento da qual participa e suas condições epistemológicas próprias no contexto dessa área:

- as estipulações jurídico-formais do sistema escolar brasileiro (LDB/1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais);
- as orientações decorrentes da missão e dos objetivos da IES, sua trajetória histórica nela e o modo cotidiano de sua implementação;
- as exigências e necessidades que decorrem da diversidade do capital cultural da clientela escolar.

Por sua vez, os currículos dos cursos constituem o cerne de sua identidade: conjunto das matérias e disciplinas formadoras dos alunos que se desdobram nos conteúdos dos programas de ensino, nas atividades didáticas, nas práticas e estágios supervisionados, nos trabalhos de conclusão de curso, nas atividades complementares.

É essencial enfatizar que a formação acadêmico-profissional contempla oportunidades educativas de formação geral básica, de formação específica e de formação prática aproveitando todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis. De fato, a formação acadêmico-profissional dos cursos articulados diversos momentos da formação, a teoria e a prática, a formação básica e a formação especializada, a formação acadêmica e a formação no contexto concreto da realidade profissional.

Além disso, a instância colegiada responsável pelo curso é o fórum privilegiado de discussão e promoção da autonomia acadêmica na implantação e avaliação de seu projeto pedagógico. Articulado ao Colegiado do Curso, o Núcleo Docente Estruturante é próprio de cada Curso da IES. Sua natureza é pedagógica, uma vez que sua função é a formulação do Projeto Pedagógico do Curso, seu desenvolvimento, avaliação e reformulação, visando garantir que o Curso seja apto para atender as demandas acadêmicas e sociais. A Presidência do NDE cabe ao Coordenador do Curso que, por sua vez, também preside o Colegiado do Curso. O Projeto Pedagógico do Curso também está sempre em construção tendo em vista o contexto local e global da inserção do curso a que se refere.

Dentre as linhas de ação propostas para o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas destacam-se:

- a flexibilização curricular;
- a implantação nos cursos de Saúde e no de Psicologia de saberes e condutas expressivos do atendimento às exigências do SUS para a formação de seus futuros profissionais;
- a implementação efetiva de procedimentos contínuos de autoavaliação internos dos cursos visando melhorar a avaliação formativa e a articulação da autoavaliação do curso com a autoavaliação institucional;
- a melhoria da compreensão do significado dos cursos superiores de tecnologia para inclusão social e escolar, e para o desenvolvimento econômico e social da cidade e da região.

As ações acadêmicas e administrativas consequentes aos processos avaliativos da política para o ensino de graduação incluem:

- o maior entrosamento dos coordenadores e docentes de cada curso;
- a melhor visibilidade no site da IES dos cursos para a comunidade interna, a externa, a região, a sociedade;
- o empenho efetivo de padronização básica dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- a ampliação da oferta de cursos superiores de tecnologia.

Ressaltamos que o PDI prevê a implementação de vários cursos de Graduação, seja bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia.

2.3. NSA para IES credenciadas para ensino presencial

2.4. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu* e stricto sensu*), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (igual forma para faculdades, universidades e centros universitários).

Os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ são realizados em parceria contínua com a Direção Acadêmica da IES e com a Coordenações dos Cursos de Graduação, e seu corpo docente é composto

por professores da própria Instituição e por professores convidados, especialistas nas áreas em foco.

Assim, a Pós-Graduação lato sensu alia o atendimento da demanda externa às competências diversas dos Cursos, estabelecendo uma relação coerente entre os Ensinos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu.

A oferta dos Cursos visa o interesse profissional dos egressos da IES e a demanda local e regional com a preocupação de lhes proporcionar meios relevantes e ampliar seus conhecimentos por meio do pensar crítico, de teorias sólidas e do contato prático e direto com sua profissão.

No caso da região de Santa Cruz do Capibaribe e Região os cursos de pós-graduação lato sensu favorecem a diferenciação profissional, contribuem para o desenvolvimento das próprias profissões e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento econômico e social da região, demonstrando o claro exercício da responsabilidade social pela FACRUZ.

Cada curso tem sua própria Coordenadoria; corpo docente qualificado e toda a infraestrutura própria ao desenvolvimento das atividades. Por sua vez, o Projeto Pedagógico de cada um dos Cursos é proposto e implementado de acordo com as normas legais vigentes; a missão e os objetivos da FACRUZ; o perfil de interesses e necessidades da clientela escolar; as ênfases definidas pelo corpo docente sob o norte das exigências epistemológicas próprias da Área de Conhecimento em que se insere cada Curso.

Cada curso deve ter seus critérios de admissão de alunos; desenvolve os programas das disciplinas por meio de aulas presenciais; tem critérios de assiduidade e rendimento escolar; e exige a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso. A proposição de linhas de ação para o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas na pós-graduação lato sensu presencial indicou a necessidade da FACRUZ:

- realizar o estudo mais diversificado das demandas profissionais da região por cursos de pós-graduação lato sensu nas Áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências da Saúde;
- implementar procedimentos contínuos de autoavaliação internos dos cursos;
- fortalecer a Diretoria Acadêmica para articular as iniciativas dos diversos cursos;
- realizar de modo mais diversificado a divulgação de sua oferta para a comunidade externa e interna e acompanhar sua implementação.

As ações acadêmicas e administrativas conseqüentes aos processos avaliativos agasalharam:

- a melhor divulgação das oportunidades de acesso aos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da IES;
- a melhor articulação entre as Coordenadorias dos diversos Cursos;
- o maior entrosamento entre os professores de cada curso.

Ressaltamos também que o PDI prevê a implementação de vários cursos de Pós-Graduação em diversas áreas do conhecimento.

2.5. NSA para IES credenciadas para ensino presencial

2.6. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.

A Faculdade Santa Cruz - FACRUZ sempre entendeu que o desiderato de oferecer educação superior de qualidade não poderia prescindir do instrumento de fertilização e de atualização dos conteúdos dos programas de ensino representado pela atividade de pesquisa. Apesar das áreas de atuação mais presentes em faculdades ser o ensino e a extensão, não podemos descartar a possibilidade de condução de atividades de pesquisa e de iniciação científica. O ensino e a investigação científica (pesquisa) assim se apresentam na FACRUZ:

- o ensino de graduação por excelência e sua forte inserção no contexto social e econômico regional;
- a natureza e as características da investigação científica (pesquisa), assim expressas simultaneamente:

- a construção de conhecimentos vinculados ao próprio ensino e a realidades próximas e demandas da vida concreta (construção de conhecimento com forte sentido de pertinência, validade, relevância, importância);
- a reconstrução de saberes oficiais e vulgares, muitas vezes com forte pregnância social (potencialidades, fertilidades, possibilidades de inventividade).

A institucionalização da Iniciação Científica na Faculdade Santa Cruz – FACRUZ, pautou-se pelo compromisso de contribuir para o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, da ciência e da tecnologia, para a criação e difusão da cultura e, portanto, para o entendimento do homem e do meio em que vive. Desse modo – entendendo como agentes vitais os professores e os alunos dos cursos de graduação -, as atividades de Iniciação Científica são propostas e desenvolvidas norteadas pelos seguintes objetivos:

- Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição.
- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa.
- Proporcionar ao aluno, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, e estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.
- Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo.

2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.

Há ações de extensão em caráter permanente, sistemático e há as que se desenvolvem em prazos previamente estabelecidos. Nas Áreas temáticas da Gestão, Saúde, Educação, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Educação e Comunicação a grande maioria das ações é em caráter permanente e sistemático. A FACRUZ está comprometida com a promoção de ensino de graduação de

qualidade, articulado com os avanços da ciência, com o estímulo ao estudo e intervenção nas questões regionais, bem como com novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento. Tomando a extensão tal como assumida no PDI (missão, objetivos e metas), verifica-se que na Missão da IES está estipulado em produzir, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através de um ensino superior de qualidade indissociavelmente articulados aos benefícios da pesquisa e da extensão, de modo a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social do País. Bem como, formar profissionais éticos, conscientes e críticos, qualificados para o mercado de trabalho proporcionando o crescimento social na construção da justiça e da democracia.

Nos Objetivos Pedagógicos Institucionais ficaram estipulados os seguintes:

- Colocar a formação integral do ser, na construção plena da cidadania, de acordo com os princípios cristãos de liberdade e responsabilidade.
- Formar cidadãos éticos, líderes, empreendedores nas mais diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.
- Apoiar, por meio de suas atividades de ensino e extensão, o desenvolvimento harmônico e integrado da comunidade com vistas ao bem-estar social, econômico e político.
- Constituir-se em uma Instituição aberta à comunidade, livre e democrática, como centro de preservação do saber, da cultura e da história humana.
- Ofertar o ensino superior em todas as áreas do conhecimento, comprometido com os princípios éticos, a qualidade e a excelência, e focado no aprendizado dos seus alunos.

Nas Metas ficou estipulada a implementação de áreas prioritárias no desenvolvimento de ações de extensão como:

- Implantação de cursos de graduação, pós-graduação, extensão, sequenciais, profissional e em nível técnico.
- Integração do ensino às atividades de extensão.
- Implementação do processo de avaliação institucional, interna e externa.

- Ampliação da rede de intercâmbio, com vistas ao desenvolvimento de programas interinstitucionais, nacionais e internacionais.
- Qualificação do pessoal técnico-administrativo.

Seguem abaixo exemplos de atividades de Extensão que já foram ofertados, ou serão ofertados durante a vigência do PDI:

- Marketing pessoal
- Comunicação estratégica
- Gestão de pessoas
- Noções de direito
- Direito do consumidor
- Empregabilidade
- Empreendedorismo
- Habilidades gerenciais
- Seminário de Desenvolvimento Profissional (Evento com arrecadação de alimentos para instituições de caridade parceiras)
- Fórum de Gestão Social - Palestra aberta ao público com debates e mesa redonda – Com arrecadação de alimentos
- Fórum de Psicologia e Educação - Palestra aberta ao público com debates e mesa redonda– Com arrecadação de alimentos
- PALESTRA: LUIZ GONZAGA, na sala de aula;
- VENHA FAZER UMA CRIANÇA FELIZ - Campanha de Arrecadação e Doação de Brinquedos;
- IRB - O Instituto Ricardo Brennand - visita técnica pedagógica;
- OFICINA: “Contaçon de histórias para crianças na Educação Infantil: o que é? Como se faz?” – Contaçon de histórias em creche pública
- PALESTRA: PSICOMOTRICIDADE: A Importância do Movimento na Educação;
- PALESTRA: Ensino de Matemática à Luz das Concepções da Educação Matemática;
- PALESTRA: Arte e Educação – “No meio da rua, resgatando e construindo cidadania”;

- OFICINA: " O uso dos jogos pedagógicos na aquisição da leitura e da escrita na alfabetização".
- Palestra: Qual a importância da publicação? A palestra teve como objetivo explicar sobre a importância em publicar artigos, objetivando o processo seletivo de uma pós-graduação stricto sensu.

DIMENSÃO 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.

O exame dos documentos oficiais da IES, cujo conteúdo está consubstanciado no PDI, e seu cotejo com as ações de responsabilidade social efetivamente realizadas pela Faculdade Santa Cruz – FACRUZ revela a boa articulação, aderência, e coerência destas ao formalmente proposto.

Ao longo dos seus 12 anos de existência (2004-2016), a FACRUZ comprometeu-se e deu efetividade a diversas iniciativas de ensino, de investigação científica e de extensão universitária que foram, gradualmente, solidificando suas duas vertentes centrais:

- A oferta de ensino universitário de graduação, principalmente em período noturno;
- A extensão de serviços à comunidade local e à região sob o norte do núcleo temático “Meio Ambiente e a Região Metropolitana do Recife.”

O Plano de Desenvolvimento Institucional estabelece a missão, os objetivos, as metas da Instituição e representam os instrumentos de gestão para o período de 2014-2018.

No tocante às ações de responsabilidade social, as mesmas permearam as atividades fins e as atividades meios da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, e foi muito boa sua aderência, articulação e coerência com o proposto no PDI.

Nestes doze anos de existência a Faculdade Santa Cruz - FACRUZ desenvolveu as seguintes ações de extensão que envolvem responsabilidade social, como exemplo:

- Fórum de Gestão Social - Palestra com debates e mesa redonda.
- Fórum de Psicologia e Educação - Palestra com debates e mesa redonda.
- VENHA FAZER UMA CRIANÇA FELIZ - Campanha de Arrecadação e Doação de Brinquedos.
- OFICINA: "Contação de histórias para crianças na Educação Infantil: o que é? Como se faz?" – Contação de histórias em creche pública
- PALESTRA: Administração Profissão de Sucesso – Desenvolvendo a empregabilidade
- PALESTRA: Ensino de Matemática à Luz das Concepções da Educação Matemática.
- OFICINA:" O uso dos jogos pedagógicos na aquisição da leitura e da escrita na alfabetização".
- EMPREENDEDORISMO PESSOAL – Voltado para o fomento da livre iniciativa e do empreendedorismo
- DIREITO DO CONSUMIDOR – Promovendo a cidadania e o consumo responsável
- MERCADO DE TRABALHO E REDES SOCIAIS - Desenvolvendo a empregabilidade
- O PAPEL DO COACH NAS ORGANIZAÇÕES- Desenvolvendo a empregabilidade
- EXCEL BASICO – Desenvolvendo a capacitação técnica
- OFICINA DE CURRÍCULO - Desenvolvendo a empregabilidade
- MINICURSO MONTANDO A SUA PRÓPRIA REDE DE DADOS E VOZ – Desenvolvendo a capacitação técnica

- O PERFIL DO SELECIONADOR CONTEMPORÂNEO – Desenvolvendo a empregabilidade.

Ressaltamos que todos estes eventos foram gratuitos e abertos à comunidade interna e externa. Além disso em qualquer evento promovido pela FACRUZ é solicitado como parte da inscrição a doação de um quilo de alimento não perecível, que é revertido para entidades sociais que a faculdade tem parceria.

3.2. Relações da IES com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.

Importantes relações da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ com a sociedade se apresentaram nos seguintes aspectos:

- a oferta de cursos de graduação para a formação de profissionais qualificados (bacharéis, licenciados, tecnólogos) para um mercado extremamente competitivo na área de administração.
- Oferta de cursos de pós-graduação Lato Sensu em diversas áreas
- Oferta de atividades de Extensão em diversas áreas

Além destas ações a Faculdade Santa Cruz - FACRUZ mantém um estreito relacionamento com o segmento empresarial e público, por meio de convênios e parcerias. A FACRUZ está atenta às exigências do mercado, sempre tão competitivo e seletivo. Preocupada em garantir um processo de aprendizagem e de qualidade, a Faculdade Santa Cruz – FACRUZ, criou o Núcleo de Empregabilidade, que tem como primordial objetivo promover a integração entre os estudantes e seu campo de atuação profissional por meio do desenvolvimento de seus talentos e potencialidades.

A missão do núcleo é de orientar e cooperar com os estudantes, junto às empresas parceiras, tendo em vista o aprimoramento profissional. O Núcleo de Empregabilidade é também uma relação de confiança entre alunos da faculdade e as empresas conveniadas, onde a parceria é feita através de visitas técnicas e estágios remunerados ou não. Aqui orientamos os alunos na confecção de seus

currículos, damos dicas de comportamento para as entrevistas de estágio, informamos sobre as vagas disponíveis e material de suporte referente as áreas dos cursos ministrados pela FACRUZ.

As ofertas de vagas são divulgadas diariamente no site, através do Portal Acadêmico e nos quadros de avisos de cada prédio.

3.3. Relações da IES com a sociedade: inclusão social.

Considerado o trinômio ensino-pesquisa-extensão, os currículos dos cursos de graduação prevêem oportunidades para que a clientela escolar realize sua formação acadêmico-profissional articulando-se com a vida cotidiana do trabalho profissional e com as necessidades e demandas da sociedade. Por isso, há o exercício da responsabilidade social voltada para a inclusão social em diversos cursos.

Temos também uma forte parceria com o Instituto Educar, que mantém o maior programa de inclusão educacional do Brasil, o Educa Mais Brasil. Por meio deste convênio os alunos egressos de colégios públicos tem acesso a bolsas de estudo de 50% de todas as mensalidades de seu curso.

Além desta parceria com o Instituto Educar, os convênios realizados com empresas públicas e privadas também proporcionam aos alunos que possuem vínculo (empregatício e estágio) com estas empresas descontos diferenciados, podendo chegar a 30% do valor das mensalidades.

3.4. Relações da IES com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

O PDI da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ firmou claramente compromissos com a defesa do meio ambiente, com a memória cultural, a produção artística e patrimônio cultural os quais foram efetivamente cumpridos.

3.4.1. A defesa do meio ambiente, expressão do exercício da responsabilidade social da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, se efetiva em diversas frentes:

A FACRUZ, no intuito de contribuir para a Política Nacional de Educação ambiental instituiu como política institucional a abordagem do tema Educação Ambiental nas atividades acadêmicas dos seus cursos, de modo transversal, contínuo e permanente, notadamente por meio das atividades de extensão descritas abaixo.

- CINEMINHA AMBIENTAL: Sessões de cinema de 30 minutos aproximadamente com participação de crianças de 4 a 12 anos. Será servido pipoca e refrigerante.
- Infraestrutura necessária: sala para pelo menos 100 pessoas, computador com DVD, Datashow e caixa de som.
- JOGOS AMBIENTAIS: O objetivo da ação é despertar nas crianças da comunidade o interesse pela preservação ambiental.
- Infraestrutura necessária: sala para pelo menos 50 pessoas, mesa para demonstração do jogo, material específico para o jogo (cartolinas, pinceis, fita adesiva etc.)
- OFICINA DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS - Consiste em transmitir aos participantes técnicas de reciclagem de papel, embalagens plásticas, lata de alumínio, etc. de forma a demonstrar uma forma sustentável de geração de renda.
- Infraestrutura necessária: sala para pelo menos 50 pessoas, mesas para desenvolvimento das atividades, material a ser reciclado: papel, embalagens plásticas, lata de alumínio, etc.
- DIA “ECO SOCIAL”: Peça teatral promotora da educação e da conscientização ambiental acerca das diversas formas de associação entre a preservação do meio ambiente e a vida social.
- Infraestrutura necessária: quadra coberta, figurinos para a realização da peça.
- PROJETO “ADOTE UMA ÁRVORE, ELA RETRIBUIRÁ COM SOMBRA E AR PURO” O objetivo do projeto é despertar na comunidade o papel da árvore na preservação ambiental. Serão plantadas diversas árvores, bem como serão distribuídas mudas para os moradores.

Infraestrutura necessária: mudas de plantas nativas da região.

Local: Escolas públicas e Praças comunitárias

3.4.2. A defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Temos como proposições de linhas de ação para o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural:

- Maior visibilidade das atividades da IES, já que muitos são os beneficiados que revelam ter tido dificuldades em conhecer o trabalho desenvolvido pela FACRUZ ou em chegar, de forma ágil, ao órgão responsável pela atividade;
- A expansão das atividades é imperiosa, pois a sociedade apresenta demanda muito superior à que a FACRUZ tem proporcionado.

Também fazem parte desta defesa uma série de atividades de extensão, das quais destacamos:

- PROJETO: MESTRE VITALINO, na sala de aula;
- MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE – Visita pedagógica (aula de campo)
- IRB - O Instituto Ricardo Brennand - visita técnica pedagógica;
- NATAL SOLIDÁRIO: – “No meio da rua, resgatando e construindo cidadania”.

DIMENSÃO 4: A comunicação com a sociedade.

4.1. Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.

O exame dos documentos oficiais da IES, cujo conteúdo está consubstanciado no PDI, e seu cotejo com as ações de comunicação interna e externa efetivamente realizadas pela FACRUZ revela a boa articulação, aderência, e coerência destas ao formalmente proposto.

Ao longo dos seus 12 anos de existência, a Faculdade Santa Cruz - FACRUZ empenhou-se em criar, implantar e implementar diversas formas, mecanismos e recursos de comunicação chegando à atualidade com um bom conjunto deles. Eles são empregados nas atividades fins e nas atividades meios da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, e é muito boa sua aderência, articulação e coerência com o proposto no PDI.

Ao longo de sua trajetória histórica, a FACRUZ buscou gradativamente constituir seus meios e recursos de comunicação interna e externa. Ou seja, recursos de bom fluxo de informações, orientações, registros, interatividade e boa articulação entre eles. Nos últimos dois anos, especialmente, houve um grande avanço na comunicação interna e externa da IES. Nesse período, esse avanço foi mais significativo com a implantação da Ouvidoria CESAC e da reformulação do seu site.

Assim, a IES dispõe de formas, mecanismos e recursos de comunicação escrita (boletins, murais) e de comunicação eletrônica (site, newsletter). Trata-se de comunicação também representada não apenas pelos eventos que a IES oferece, como também pelos que sedia em suas instalações em razão de sua excelente inserção na sociedade. Se, por um lado a FACRUZ planeja e realiza seus próprios eventos visando dar efetividade à sua missão, aos seus objetivos e às suas metas, por outro também agasalha as iniciativas que lhe são endereçadas por diversos setores sociais do contexto mais amplo.

4.2. Comunicação interna e externa.

A comunicação no âmbito interno e externo da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ ocorre por meio de um conjunto adequado de recursos diversificados. Assim, no âmbito da gestão acadêmica e administrativa da IES apresentam-se recursos orais e escritos, tais como:

- Os NDEs e Colegiados e as Coordenadorias de Curso, que comunicam as matérias e as deliberações das diversas instâncias institucionais ao corpo social;

- Os professores, que esclarecem sobre as disciplinas no contexto dos currículos dos cursos e suas variadas atividades acadêmicas;
- O Manual de Informações do Discente (MDI), documento que explicita aos alunos seus direitos e deveres como alunos da IES e que está disponível tanto na versão impressa como na virtual (*online*);
- O Setor de Atendimento o Aluno, canal de comunicação entre a comunidade universitária e a administração da instituição, via desburocratizada e ágil para a correção de possíveis problemas. A Faculdade Santa Cruz – FACRUZ disponibiliza este setor com características de uma ouvidoria para receber sugestões, comentários, dúvidas ou qualquer informação relacionada à IES. Por meio do Setor de Atendimento, as informações são encaminhadas imediatamente aos setores competentes de forma transparente, objetiva e isenta, assegurando o sigilo absoluto como forma de preservar a identidade do manifestante;
- A Central de Atendimento, canal de comunicação que presta atendimento pessoal, telefônico e eletrônico aos diversos públicos a FACRUZ, sendo eles graduandos e pós-graduandos, ex-alunos, vestibulandos, alunos em processo de transferência e a comunidade externa em geral. Suas atividades estão voltadas para a oferta de informações e esclarecimentos sobre os serviços disponibilizados pela IES. Mais especialmente, a Central oferece informações sobre os cursos da instituição, processos seletivos, eventos, informações acadêmicas e solicitação e entrega de requerimentos internos;
- Os murais para os alunos dos diferentes cursos, que divulgam notícias sobre matérias diversas (palestras, cursos, eventos, oportunidades de estágio, congressos, atividades extra-classe, atividades extra-curriculares, etc);
- A Diretoria de Marketing, que planeja, divulga e realiza eventos acadêmicos e culturais.

No âmbito da gestão acadêmica e administrativa da IES: os recursos eletrônicos:

- Site do CESAC: site oficial que realiza a divulgação interna e externa da Instituição nos aspectos institucionais, acadêmicos, de extensão de serviços à comunidade, culturais, esportivos etc.

O site abriga o Portal Acadêmico para os alunos, os professores e os funcionários, facilitando a comunicação na comunidade acadêmica e possibilitando uma maior integração entre as mais diversas instâncias. É por meio do Portal Acadêmico que os alunos e os professores de todos os cursos da IES respondem aos questionários aplicados pela CPA e registram suas opiniões, sugestões e críticas. O site do Centro de Ensino Superior Santa Cruz - CESAC (www.cesac.edu.br), mantenedor da FACRUZ é um dos fortes componentes da rede de comunicações interna e externa da IES que oferece informações em profundidade sobre as diversas atividades acadêmicas e sociais, tanto para a comunidade universitária quanto para a sociedade em geral, bem como disponibiliza serviços on-line diversos para alunos, funcionários e professores (Portal Acadêmico).

É, mais especialmente, um fecundo instrumento de comunicação e de integração dos membros dos diferentes segmentos do corpo social da IES, bem como de apresentação dela ao público integrante da sociedade mais ampla. Também é por meio do site que a Comissão Própria de Avaliação da FACRUZ disponibiliza os Relatórios de Autoavaliação Institucional para a comunidade interna e externa.

4.3. Ouvidoria.

A proposição de linhas de ação para o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas incidiu enfaticamente na constituição de uma efetiva Ouvidoria com os recursos já existentes, integrantes do quadro anteriormente referido, e com o melhor aproveitamento do Setor de Atendimento.

Como ações acadêmicas e administrativas consequentes aos processos avaliativos destaca-se a continuidade do processo de aperfeiçoamento do conjunto das formas, dos mecanismos e recursos de comunicação da Instituição. Deve-se conferir destaque ao site da IES para garantir maior visibilidade ao ensino de graduação, pós-graduação, ações de extensão, atividades de investigação científica, de responsabilidade social, das manifestações dos alunos e professores de todos os cursos, bem como o melhor aproveitamento do site e do Setor de Atendimento – em especial da Ouvidoria.

A Ouvidoria é órgão sem caráter administrativo, executivo ou deliberativo, mas de natureza mediadora, com a finalidade de receber, encaminhar e acompanhar opiniões, comentários, críticas e elogios aos membros da comunidade acadêmica, bem como do público em geral a todos os setores da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, sendo responsável também por fazer chegar ao usuário uma resposta das instâncias administrativas implicadas.

A Faculdade Santa Cruz - FACRUZ atua com autonomia e absoluta imparcialidade, vinculada diretamente à direção da Instituição, com o objetivo de zelar pelos princípios da legalidade, moralidade e eficiência administrativa, resguardando o sigilo das informações.

DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.

Os documentos oficiais que regulam a vida institucional da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ firmaram políticas às quais a realidade institucional mostrou articulação, aderência e coerência. De modo mais particular, o PDI prevê um conjunto de iniciativas e medidas que vêm sendo efetivadas na realidade da IES.

Para a plena consecução de suas metas e objetivos, a IES estabeleceu em seu PDI critérios de admissão e linhas de atuação voltadas para a capacitação dos corpos docente e técnico-administrativo que buscam integrar plenamente a administração das atividades meios, atividades fins e a gestão institucional superior para assegurar a oferta permanente das condições de um ensino de qualidade. Pretende, assim, promover uma administração institucional fundada no trabalho colegiado, dotando-a de estrutura e de órgãos regidos pelos princípios de coordenação, complementaridade e comunicação, e de processos permanentes de avaliação e de planejamento institucionais, bem como promover a qualificação acadêmica de seu quadro docente e a formação continuada de seu corpo técnico-administrativo.

Quanto ao corpo docente.

Ao candidato ao corpo docente é exigida a comprovação de que é portador de diploma de graduação e Pós-Graduação. É altamente desejável que o candidato apresente experiência em atividades profissionais dentro e fora da sala de aula. São considerados os títulos universitários, o teor científico dos trabalhos realizados e aptidão do candidato, demonstrada através da comprovação de sua experiência acadêmica no magistério superior e/ou experiência não acadêmica na área/curso para a qual está se propondo a contratação, bem como a apresentação de uma aula com realização de uma banca de avaliação.

Os professores são selecionados entre pessoas portadoras de títulos de habilitação acadêmica, idoneidade profissional e vocação, qualificações mínimas estas para que os mesmos possam desempenhar, a contento, as funções que lhes sejam atribuídas na carreira docente.

O processo seletivo é realizado por meio de análise do curriculum vitae e prova didática. Tem origem no Núcleo Docente Estruturante e é, posteriormente, ratificado pela Diretoria Acadêmica. A contratação é realizada pela Entidade Mantenedora, mediante proposta da Direção Acadêmica e é norteadada pelos critérios de qualidade acadêmica dos resultados do processo seletivo, pelos princípios da

legislação trabalhista em vigor e pelas normas estabelecidas no Regimento Geral e no Estatuto da IES.

Quanto à contratação em substituição eventual de docente esta é realizada por prazo determinado. Neste caso, a contratação se dá na categoria de Professor Colaborador, sem que este pertença à carreira docente, conforme dispositivos estatutários e regimentais. Para tanto, os Departamentos mantêm um banco atualizado de currículos, de forma que os candidatos que apresentam a formação mais adequada para o desempenho da função são convidados a participar do processo seletivo visando a substituição eventual de professor, a qual segue os mesmos critérios de avaliação da contratação regular.

A admissão dos professores será efetuada mediante Banca e títulos ou somente títulos, respeitando-se os pré-requisitos estabelecidos no Plano de Carreira, para o respectivo enquadramento e, ainda, com estreita observância da qualificação profissional, da existência de vagas e dos eventuais critérios estabelecidos para seleção, tudo em conformidade com as normas legais, regimentais, estatutárias pertinentes e disponibilidade de recurso financeiros por parte da entidade mantenedora. Somente poderá se concorrer a uma vaga de professor os candidatos habilitados por titulação, pré-selecionados através do processo seletivo.

Critérios para seleção de professores:

- Formação na área da disciplina à qual estará vinculado.
- Professores, oriundos de outras áreas, que estejam em processo de formação em nível de pós-graduação na área da disciplina.
- Possuir no mínimo pós-graduação *lato sensu* concluída.
- Apresentação de Plano de Aula.
- Prova didática, com apresentação de aula teste para uma banca constituída pelo coordenador do curso e mais dois professores da mesma área
- Prova de título, com análise da titulação, experiência profissional e produção científica.

Segue abaixo o Plano de Carreira Docente e o Plano de Qualificação Docente da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ.

PLANO DE CARREIRA DOCENTE DA FACRUZ

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art 1º - O Plano de Carreira Docente - PCD, é o instrumento que regulamenta os procedimentos operacionais e disciplinares da política do pessoal docente da FACRUZ, mantida pelo Centro de Ensino Superior Santa Cruz LTDA.

Art 2º - São objetivos do PCD:

- I. orientar o ingresso, a promoção e o regime de trabalho do corpo docente;
- II. contribuir para o aprimoramento pessoal e profissional dos professores, de modo a assegurar um quadro docente qualificado para a Faculdade;
- III. estimular o professor para o exercício eficaz das funções que lhe cabem desempenhar;
- IV. promover a avaliação e o crescimento funcional do docente;
- V. possibilitar o recrutamento, no mercado de trabalho, de profissionais de reconhecida competência.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES DO MAGISTÉRIO

Art 3º - São consideradas atividades de magistério, próprias do corpo docente:

- I. as aulas ministradas no ensino de graduação ou de pós-graduação;
- II. as atividades desenvolvidas na área de pesquisa e concernentes à produção e aprofundamento do conhecimento;
- III. as atividades que atendam à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais;
- IV. as atividades inerentes à administração acadêmica, direção, coordenação, assessoramento, em função da condição docente;
- V. as atividades de atendimento aos alunos.

CAPÍTULO III

DO CORPO DOCENTE

Art 4º - O corpo docente é constituído por:

- I. Professor com titulação Pós Doutor
- II. Professor com titulação Doutor
- III. Professor com titulação Mestre
- IV. Professor com titulação Especialista
- V. Professor Visitante

Art 5º - A contratação é feita à luz da legislação vigente e neste caso de acordo com a CLT.

Art 6º - Professor visitante é aquele cuja contratação é por tempo determinado.

CAPÍTULO IV

DAS CATEGORIAS E DO INGRESSO NA CARREIRA

Art 7º - A carreira docente está hierarquizada em cinco categorias funcionais, designadas como:

- I. Professor Especialista;
- II. Professor Mestre;
- III. Professor Doutor;
- IV. Professor Pós Doutor.

Art 8º - Para as diversas categorias docentes são exigidos os seguintes requisitos:

- I. Professor Pós Doutorado: ser portador do título de Pós doutorado ou equivalente na área em que irá atuar, obtidos nos termos da Portaria 2264 – 19/12/1997 com avaliação da CAPES;

- II. Professor Doutor: ser portador do título de Doutor ou equivalente na área em que irá atuar, obtidos nos termos da Portaria 2264 19/12/1997 com avaliação da CAPES;
- III. Professor Mestre: possuir o título de mestre na área correspondente, ou equivalente, obtido nos termos da Portaria 2264 19/12/1997 com avaliação da CAPES;
- IV. Professor Especialista: possuir o título de especialista ou equivalente, obtido em curso de pós-graduação *latu sensu*, com duração igual ou superior a 360 horas, obtidos nos termos da lei.

Art 9° - A contratação, admissão ou dispensa do docente, nos termos da legislação em vigor, é de competência da Direção obedecido o Regimento da Instituição.

Art 10° - Cada categoria funcional compreende quatro níveis de referência conforme tabela abaixo.

Tabela I: Tabela de Índices para Remuneração

TITULAÇÃO	NÍVEIS / VALOR			
	HORA AULA \$			
	A	B	C	D
Professor Especialista	22	23	24	25
Professor Mestre	24	25	26	27
Professor Doutor	26	27	28	29

Nota: A tabela poderá sofrer alterações em função dos valores de mercado aplicados por ocasião da sua revisão.

CAPITULO V

DA AVALIAÇÃO E DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 11 - A Avaliação tem por objetivo reconhecer os níveis de crescimento, compromisso, capacidade, qualidade e produtividade do docente, através de instrumento próprio utilizado para a aferição do seu desempenho, no cumprimento de suas atribuições.

Art. 12 – A progressão na carreira do magistério deverá ocorrer por titulação, por desempenho acadêmico e por tempo de serviço:

- I. De uma referência para a imediatamente superior, dentro da mesma classe;
- II. De uma classe para outra classe até completar a última referência da classe de Pós-Doutor.

§ 1º – A progressão na carreira do magistério ocorre, na ordem vertical, exclusivamente por titulação, baseada no nível de auto-gerenciamento da educação continuada e por antiguidade e merecimento, na ordem horizontal.

§ 2º – A avaliação na ordem horizontal é realizada a cada dois anos pela Comissão Própria de Avaliação, obedecendo aos seguintes critérios:

1. Antiguidade, pelo tempo de serviço na Instituição.
2. Merecimento, pela avaliação de *portfólio* docente, contendo:
 - a) principais realizações;
 - b) classificação feita pelos alunos;
 - c) apreciação do trabalho realizado feita por dois pares(com níveis de carreira superior ao do docente avaliado);
 - d) verificação do rendimento acadêmico de seus alunos;
 - e) autoavaliação docente.
3. Avaliação das funções docentes desempenhadas:

ENSINO: atividades com os alunos, incluindo:

 - a) preparação da aula;
 - b) aplicação e atribuição de notas aos alunos;
 - c) leitura para atualização na área de atividade;
 - d) participação em banca examinadora de tese;
 - e) supervisão dos trabalhos práticos;

- f) orientação de alunos;
- g) atividades relacionadas.

PESQUISA:

- a) relatórios;
- b) artigos;
- c) monografias;
- d) livros publicados;
- e) propostas de auxílio à pesquisa;
- f) criação de software.

EXTENSÃO:

- a) atividades internas: participação em colegiados e comissões e em cargos administrativos;
- b) atividades externas: atividades na comunidade, projetos extramuros, participação em associações profissionais;
- c) consultorias prestadas dentro ou fora da Instituição;
- d) cursos de educação continuada.

§ 3º – O processo avaliativo do corpo docente envolverá toda a comunidade acadêmica, desde a formulação dos critérios, interpretação de resultados e sua utilização para o aperfeiçoamento do professor.

§ 4º – A avaliação dos docentes deverá obedecer a quatro critérios básicos que deverão sustentar, orientar e aperfeiçoar todo o processo:

- a) ética – respeito aos aspectos legais e o bem-estar pessoal e social dos envolvidos;
- b) utilidade – produção de informações que promova o aperfeiçoamento dos professores e de todos a eles relacionados;
- c) viabilidade - fáceis de usar, financeiramente apoiados, administrados com simplicidade e politicamente viável;
- d) precisão - baseada em informações confiáveis e relevantes sobre a atuação e as qualificações do professor.

§ 5º – O processo de avaliação do corpo docente ocorrerá através de:

- a) Aplicação de questionários para coleta de dados;
- b) Análise e tomadas de decisão.

CAPÍTULO VI

DO REGIME DE TRABALHO

Art. 13 - O integrante da carreira docente fica sujeito a um dos seguintes regimes de trabalho:

- I. Tempo Integral (TI) com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho;
- II. Tempo Parcial (TP) com obrigação de prestar igual ou maior que 12 horas semanais de trabalho;
- III. Regime Horista (RH) com jornada semanal variável, para atividades de ensino, pesquisa, extensão e outras, fixadas em contrato de trabalho.

Parágrafo Único: Aos professores em regime de tempo integral e parcial, o total de horas será dividido em 50% para atividades extra classe e 50% em horas/aula.

CAPÍTULO VII

OS VALORES E VANTAGENS

Art. 14 - Os integrantes da carreira docente da Faculdade são remunerados segundo a categoria funcional, nível de referência e regime de trabalho conforme os valores expressos na Tabela acima, aprovada e atualizada periodicamente, de acordo com a legislação, pela Diretoria.

Art. 15 - A hora-atividade compreende a total dedicação do docente nas atividades que lhe foram atribuídas pela coordenação.

Art. 16 - A remuneração do Professor Visitante (colaborador) é fixada tendo em vista a qualificação do contratado, observada, sempre que possível a correspondência com os valores estabelecidos pelo professor de carreira e o regime de trabalho que lhe for definido, nos termos do contrato.

Art. 17 - O integrante da carreira docente da Faculdade, a cada 3 (três) anos de efetivo exercício ininterrupto na Instituição, faz jus à progressão de nível com gratificação adicional por tempo de serviço, equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência da remuneração.

§ 1º O tempo de serviço anterior ao reingresso do professor aposentado, por tempo de serviço, não é computado para fins de gratificação.

§ 2º O percentual referido no caput deste artigo será acumulado ao máximo de 20% (vinte por cento) da remuneração docente.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - O afastamento parcial para a realização de curso de pós-graduação, participação em congressos, seminários e outros eventos objetos de aperfeiçoamento, produção científica e intelectual será regulamentado pela coordenação com o Colegiado do Curso, referendado pelo Conselho Acadêmico da Instituição.

Art. 19 - Os docentes vinculados a instituição que ingressarem em cursos de qualificação poderão perceber a juízo da Direção, mediante proposta de auxílio pecuniário, desde que se disponham a prestarem seus serviços após a qualificação por período especificado em contrato firmado entre as partes.

Parágrafo único: A percepção do auxílio fica condicionada à disponibilidade orçamentária da mantenedora, desde que atendam os interesses do quadro docente da Instituição.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 20 - Os docentes contratados a partir da vigência do presente PCD serão enquadrados por ocasião da sua admissão na Instituição em conformidade com a qualificação apresentada no ato da admissão.

Parágrafo Único: Os docentes já contratados anteriormente a vigência deste PCD deverão ser enquadrados de acordo com a qualificação atual, conforme contrato específico da nova carga horária e anotação na sua CTPS.

Art. 21 - A Direção poderá a seu critério contratar Professor Visitante com jornada de trabalho e valores pré-determinados, visando atender aos interesses das unidades mantidas, aplicando-se nelas os valores constantes na Tabela acima.

Art. 22 – Os casos omissos e de interpretação legal serão resolvidos pelo Diretor Geral ouvido o Conselho Superior.

Art. 23 - Este PCD entra em vigor na data de sua publicação da homologação pelo Conselho Superior da Instituição.

PLANO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º O PLANO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE (PQD) busca promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gerência da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, mantida pelo Centro de Ensino Superior Santa Cruz LTDA, ambos com sede em Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco, por meio de cursos de pós-graduação e de treinamento e atualização profissional, voltados para sua comunidade interna e externa, oportunizando a seus professores e pessoal técnico e de apoio administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

CAPÍTULO II DOS MECANISMOS

Art. 2º - A Faculdade oferece aos seus professores os seguintes incentivos, além dos demais previstos no Regimento e normas internas:

- I - bolsas de estudos integrais ou parciais para programas de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento;
- II – auxílio financeiro e operacional para que os seus professores e funcionários participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais, em sua área de atuação ou em área afim;
- III - cursos de treinamento e atualização profissional, com gratuidade integral;
- IV - divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente;

V - licença, sem vencimento, para participação em programas externos ou internos de pós-graduação e/ou de treinamento profissionais para programas com tempo superiores a 1 mês.

CAPÍTULO III DOS REQUISITOS

Art. 3º Os professores da Faculdade podem se inscrever no PQD de acordo com os seguintes critérios:

I - nos programas de doutorado terão prioridade os que possuem, no mínimo, o título de especialista em nível de pós-graduação;

II - nos programas de mestrado terão prioridade os que sejam portadores de certificados de cursos de pós-graduação, em níveis de especialização e aperfeiçoamento;

III - nos cursos de treinamento ou de atualização profissional, os que estejam atuando na área do curso ou que tenham pretensões de promoção para essa área.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO

Art. 4º O PQD será gerido por professor designado pela Diretoria, com as funções de coordenador.

Art. 6º Os programas serão previamente aprovados pelo Conselho Superior, na forma regimental, e serão executados de acordo com a proposta aprovada.

Art. 7º Caberá ao coordenador do PQD:

I - gerir todas as atividades de apoio administrativo e financeiro aos cursos e aos seus participantes;

II - elaborar relatórios periódicos sobre o funcionamento dos programas;

III - submeter à diretoria as propostas de recrutamento, seleção, admissão e dispensa de fatores humanos para os programas, bem como alocação dos demais recursos necessários a cada curso ou atividade;

IV - presidir a comissão encarregada de selecionar os candidatos para os programas, segundo os critérios estabelecidos neste plano e nas demais normas expedidas pelos órgãos próprios da Faculdade; e,

V - submeter à diretoria os assuntos omissos, para decisão superior.

Art. 8º O Diretor designará uma comissão, composta por três membros, para seleção e inscrição dos candidatos no PQD.

Art. 9º Os colegiados e os órgãos executivos da Faculdade exercerão suas atribuições e competências de acordo com o regimento e demais normas aplicáveis, aprovados pelos órgãos competentes, nos casos não regulamentados neste Plano.

CAPÍTULO V DO FINANCIAMENTO

Art. 10. Os programas de pós-graduação, graduação e de treinamento profissional, incluídos neste PQD, serão financiados com recursos orçamentários, alocados pela Mantenedora, e por recursos de terceiros, mediante convênios e contratos.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. A Faculdade anualmente aprovará as ações e metas do PQD para o ano letivo seguinte, bem como sua articulação com os planos similares de instituições congêneres e de organismos de financiamento da pós-graduação e da pesquisa no Brasil e no exterior.

Art. 12. O número de professores e pessoal técnico-administrativo a ser beneficiado por este plano será levantado anualmente, durante o terceiro trimestre, pela Coordenadoria do PQD.

Quanto ao corpo técnico-administrativo.

A seleção e contratação do corpo técnico-administrativo observa os seguintes aspectos: formação específica na área referente à vaga; experiência comprovada na

área de atuação; qualidades nas relações interpessoais; curso médio completo ou superior, dependendo da função; currículo vitae comprobatório da formação e habilidades requeridas.

Políticas de Qualificação

1. Quanto aos incentivos e critérios de realização

O Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-Administrativo da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, prever que os integrantes do Corpo Técnico-Administrativo terão os seguintes incentivos à capacitação e qualificação, em consonância com o interesse da Instituição:

a) auxílio financeiro de 20% (vinte por cento) para custear participação ativa, com apresentação de trabalhos, em congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação;

b) autorização para participação em cursos de treinamento e atualização profissional realizados em ambiente externo a Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, com, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de gratuidade;

c) oferta anual de treinamento para aperfeiçoamento profissional de responsabilidade da FACRUZ;

d) concessão de bolsa de estudo que variam entre 20% e 80% para o técnico-administrativo em cursos de graduação e pós-graduação ministrados pela FACRUZ.

A concessão dos incentivos financeiros deve atender aos seguintes critérios:

a) ao pleitear capacitação e qualificação realizadas em ambientes externos à Instituição, o Técnico-Administrativo do quadro da Faculdade deverá :

1. Estar em dia, de forma integral, com todas as obrigações administrativas;
2. Apresentar justificativas à unidade a que pertença ao enviar o pedido de participação na atividade e/ou curso pretendido;
3. Instruir a solicitação, obrigatoriamente, com os seguintes documentos:
4. currículo vitae atualizado; programa da atividade ou do curso, bem como documento de aceitação do mesmo; informações sobre custos financeiros e econômicos; plano-síntese do trabalho a ser apresentado ou representado.

PLANO DE CARREIRA

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO I

Da Carreira do Pessoal Técnico Administrativo

Art. 1º. - O corpo técnico-administrativo constituído por todos os servidores não docentes tem a seu cargo os serviços necessários ao bom funcionamento da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ.

§ 1º - A Carreira será integrada pelo Pessoal Técnico-Administrativo alocado na Faculdade.

§ 2º - Entende-se por Carreira o agrupamento de classes dispostas em ordem crescente, constituindo a linha de desenvolvimento profissional dos servidores.

§ 3º - Entende-se por Classe o agrupamento de funções com tarefas de mesma complexidade.

§ 4º - Entende-se por Função o conjunto de atribuições de mesma natureza e requisitos.

Art. 2º. - O Plano de Carreira é composto de CARGO ÚNICO denominado Técnico-Administrativo.

Parágrafo Único. - Entende-se por Cargo a unidade básica da estrutura organizacional com provimento mediante nomeação, na referência inicial de cada classe.

Art. 3º - São consideradas funções técnico-administrativas:

CLASSE	FUNÇÃO
I	Vigia
I	Zelador
I	Porteiro
II	Auxiliar Administrativo

II	Auxiliar de Biblioteca
II	Auxiliar de Secretaria
II	Auxiliar de Laboratório
II	Digitador
II	Telefonista/Recepcionista
III	Chefe de Serviços Gerais
III	Chefe de Patrimônio
IV	Tesoureiro
V	Operador de Computador
VI	Técnico Administrativo
VI	Técnico de Suporte de Informática
VI	Técnico de Laboratório
VII	Administrador
VII	Bibliotecário
VII	Secretário Geral

§ 1º - As funções encontram-se distribuídas em classes, conforme o Art. 3º, tendo atribuições e requisitos descritos em manual específico.

§ 2º - A experiência exigida para cada função poderá ser substituída por cursos, estágios ou outras formas de aperfeiçoamento profissional;

§ 3º - Será exigida formação escolar de acordo com a complexidade do trabalho e nos termos das normas nacionais específicas para cada categoria profissional

Art. 4º - O desenvolvimento na Carreira poderá dar-se por progressão e ascensão.

Art. 5º - Progressão é a passagem do servidor de uma referência para outra, dentro da mesma classe e função.

§ 1º - A progressão ficará limitada à última referência estabelecida para a classe da mesma classe e função.

§ 2º - Os critérios e periodicidade para a progressão serão regulamentados por Resolução Interna elaborado pelo Centro de Ensino Superior Santa Cruz Ltda.

Art. 6º - Ascensão é a passagem do servidor em efetivo exercício de uma classe para outra.

Parágrafo Único. - Dar-se-á ascensão mediante o atendimento das seguintes exigências:

- Existência de vaga.
- Cumprimento dos requisitos de cada função.
- Maior tempo de serviço prestado à Instituição

Art. 7º - O ingresso em nova classe decorrente de ascensão dar-se-á em referência de valor igual ou imediatamente superior ao vencimento atual do técnico – administrativo.

Art. 8º. - Havendo vagas poderá ocorrer mudança de função dentro da mesma classe, mantendo-se a mesma referência salarial, atendidos os requisitos da função.

Art. 9º - O exercício de cargo em comissão ou função gratificada não prejudicará a progressão de nível ou ascensão de classe.

Art. 10 - A jornada de trabalho dos técnico-administrativos será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ressalvados os casos em que a legislação específica estabelecer jornada especial.

CAPÍTULO II

Do Incentivo à Capacitação e Qualificação do Pessoal Técnico-Administrativo

Art. 11 - Os integrantes do corpo Técnico-Administrativo da FACRUZ terão a oportunidade de participar de cursos de pós-graduação *lato sensu*, de extensão, de treinamento e atualização profissional, em consonância com o interesse da Instituição.

Parágrafo 1º – A Faculdade Santa Cruz - FACRUZ oferecerá sistematicamente os seguintes incentivos ao Pessoal Técnico-Administrativo:

- a) auxílio financeiro de 20% (vinte por cento) para custear participação ativa, com apresentação de trabalhos, em congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação;
- b) autorização para participação em cursos, treinamento e atualização profissional realizados em ambiente externo a FACRUZ, com, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de gratuidade;
- c) oferta anual de treinamento para aperfeiçoamento profissional de responsabilidade da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ;
- d) concessão de bolsa de estudo que variam entre 20% e 80% para o técnico-administrativo em cursos de graduação e pós-graduação ministrados pela FACRUZ.

Parágrafo 2º – A concessão dos incentivos financeiros deve atender ao que se segue:

- a) ao pleitear participação a capacitação e qualificação o Técnico-Administrativo do quadro da IES deverá :
 - 1. estar em dia, de forma integral, com todas as obrigações administrativas;
 - 2. não estar sob ação de inquérito administrativo, com ou sem efeito suspensivo;
 - 3. apresentar justificativas à unidade a que pertença ao enviar o pedido de participação na atividade e/ou curso pretendido;
 - 4. instruir a solicitação, obrigatoriamente, com os seguintes documentos: - curriculum vitae atualizado; programa da atividade ou do curso, bem como documento de aceitação do mesmo; informações sobre custos financeiros e econômicos;
 - 5. plano-síntese do trabalho a ser apresentado.

CAPÍTULO III

Da Avaliação do Pessoal Técnico-Administrativo

Art. 11- A avaliação do Pessoal Técnico-Administrativo será realizada a cada ano pela CPA visando diagnosticar sua eficiência e a eficácia para efeito de progressão funcional.

Parágrafo 1º – A avaliação obedecerá aos seguintes critérios:

1. Antiguidade, pelo tempo de serviço na Instituição.
2. Merecimento, pela avaliação de *portfólio* do técnico-administrativo, contendo:
 - a) principais realizações;
 - b) autoavaliação do técnico-administrativo;
 - c) avaliação do chefe imediato;
 - d) apreciação do trabalho realizado feita por dois pares;

Parágrafo 2º – A avaliação do Pessoal Técnico-Administrativo também obedecerá quatro critérios básicos que deverão sustentar, orientar e aperfeiçoar todo o processo:

- a) ética – respeito aos aspectos legais e o bem-estar pessoal e social dos envolvidos;
- b) utilidade – produção de informações que promova o aperfeiçoamento dos técnico-administrativos e de todos a eles relacionados;
- c) viabilidade - fáceis de usar, financeiramente apoiados, administrados com simplicidade e politicamente viável;
- d) precisão - baseada em informações confiáveis e relevantes sobre a atuação e as qualificações dos técnico-administrativos.

Parágrafo 3º – O processo de avaliação do técnico-administrativos ocorrerá através de:

- a) aplicação de questionários para coleta de dados;
- b) análise e tomadas de decisão.

CAPÍTULO IV

Outros Dispositivos

Art. 12 - Os pedidos iniciais de prorrogação e de revogação de contratos funcionais ficam na responsabilidade do Dirigente da Instituição, que os encaminhará à Presidência da Mantenedora para autorização.

Art. 13 - A IES zelará pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza de instituição educacional, bem como por

oferecer oportunidade de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários, como participação em treinamentos, congressos, seminários, pesquisas e outros eventos, em Território Nacional, desde que não acarretem substituições por contratações.

Parágrafo Único. - A autorização do afastamento, obedecidas às normas legais, passa a ser competência do Dirigente da Instituição, após deliberação específica das Coordenações de Curso onde o técnico estiver vinculado, procedidos aos respectivos registros nos seus assentamentos funcionais.

5.2. Formação do corpo docente.

A Faculdade Santa Cruz - FACRUZ realizou e realiza investimentos no setor de recursos humanos para as atividades fins e atividades meios da Instituição. Em relação ao corpo docente, o esforço institucional foi e vem sendo dirigido para:

- a) garantir uma expansão quantitativa com base na seleção de pessoal qualificado e experiente;
- b) ampliar o índice de dedicação docente, mediante o recurso da utilização crescente dos regimes de trabalho em tempo parcial e em tempo integral.

Um dos critérios iniciais para o processo seletivo de professores da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ é a necessidade de titulação mínima de curso de pós-graduação *lato sensu*, professores apenas com graduação não podem concorrer a processos seletivos na Faculdade Santa Cruz - FACRUZ. Atendendo aos pré-requisitos da LDB também mantemos um mínimo de 1/3 dos docentes com título de mestrado ou doutorado, em consonância também com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância (ACG) para obtermos no mínimo a nota 3 neste indicador que se refere à titulação do corpo docente do curso.

Como descrito nos Critérios de Seleção e Contratação de professores, a experiência profissional do professor também é avaliada quando da seleção docente. Também para mantermos um desempenho mínimo de nota 3 no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância (ACG), exigimos um mínimo de 2 anos de experiência profissional não acadêmica para

seleção de professores dos cursos de bacharelado e licenciatura e um mínimo de 2 anos para seleção de professores dos cursos superiores de tecnologia.

Em relação à experiência no magistério superior, exigimos no mínimo de pelo menos 1 ano para seleção de professores dos cursos de bacharelado e licenciatura e para os cursos superiores de tecnologia. Para os professores que vão atuar nos cursos de licenciatura acrescenta-se como critério mínimo para processos seletivos a experiência de 3 anos no magistério de educação básica.

5.3. Condições institucionais para os docentes.

A FACRUZ tem se empenhado na capacitação de seus docentes por meio de cursos e estágios por ela promovidos ou mediante convênios com outras instituições de ensino e pesquisa. Da mesma forma, a capacitação ocorre por meio dos eventos que cada curso planeja e realiza bimestral, trimestral, semestral e anualmente, registrando os marcos de avanços de sua Área de Conhecimento e das especialidades que a mesma comporta.

De fato, há Semanas, Jornadas, Simpósios, Encontros, Congressos que, sob os auspícios da IES, são levados a efeito com a participação de estudiosos, pesquisadores, docentes renomados e nos quais os professores – na maioria das vezes, com a participação dos alunos – são capacitados por meio de atualizações, aprofundamentos, e debates.

No que se refere à carreira do corpo docente, está previsto nas normativas do FACRUZ que os cargos docentes são estruturados em carreira única compreendendo as seguintes categorias funcionais de professores, na ordem hierárquica decrescente: Professor pós-doutor; Professor doutor; Professor Mestre, Professor Especialista. Excepcionalmente admite-se a categoria de Professor Visitante.

A promoção na carreira docente, ainda de acordo com as disposições estatutárias e regimentais da IES, além da existência de vaga na categoria superior e da observância dos títulos, condições e requisitos inerentes àquela categoria

dependerá de juízo favorável do Direção Acadêmica quanto à conveniência da medida, à luz do desempenho didático e profissional revelado pelo docente na ou nas categorias hierarquicamente inferiores.

5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.

Os funcionários da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ são recrutados entre pessoas com idoneidade moral e com a habilidade, formação e experiência profissional que a função exigir a fim de que possam desempenhar com capacidade e profissionalismo as atividades meio da FACRUZ.

A contratação desses servidores é feita pela entidade mantenedora, por proposta da Direção Geral, e ouvido, quando for o caso, o órgão interessado. Quanto à capacitação dos funcionários técnico-administrativos visando sua familiarização com a instância/órgão/setor em que foi admitido é feita pela equipe de trabalho em que vão integrar-se.

Quanto à atualização de conhecimentos, a capacitação é feita na própria Instituição onde os funcionários técnico-administrativos realizam cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* com o usufruto da Bolsa Funcionário. Assim, há Bolsas de Estudo para Funcionários.

5.5. NSA para IES credenciadas para ensino presencial

5.6. NSA para IES credenciadas para ensino presencial

DIMENSÃO 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.

O Centro de Ensino Superior Santa Cruz LTDA, Mantenedor da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, é uma sociedade empresária de direito privado com fins lucrativos, com Sede na Endereço Sede: Rua Júlia Aragão, Nº 307, Centro – Santa Cruz do Capibaribe - CEP: 55.190-000. Inscrita no CNPJ sob o nº 05.744.399/0001-39. Registro na JUCEPE sob o NIRE No. 26201410721.

A Mantenedora tem assegurada autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica e disciplinar para a Mantida, a Faculdade Santa Cruz - FACRUZ. Para esta, promove adequadas condições de funcionamento das suas atividades essenciais, coloca à sua disposição os meios financeiros, os bens imóveis e móveis necessários, e assegura-lhe os necessários recursos financeiros e de custeio. A Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, sem prejuízo de sua autonomia, deve solicitar a manifestação da entidade mantenedora nos seguintes casos:

- Aprovação do orçamento anual ou sua alteração;
- Realização de despesas não previstas no orçamento anual;
- Assinatura de convênios, contratos ou acordos;
- Admissão ou dispensa de pessoal.

No exercício de sua autonomia e na forma da lei, do Regimento Geral e do Estatuto cabe a FACRUZ:

- Criar e organizar cursos, em sua sede, fixando-lhes as vagas;
- Estabelecer o regime didático e escolar dos diferentes cursos, sem outras limitações a não ser as decorrentes de lei e Estatuto;

- Elaborar e modificar o Regimento Geral;
- Escolher os integrantes de seu corpo docente para contratação pela entidade mantenedora;
- Propor à entidade mantenedora a admissão de servidores;
- Aceitar subvenções, auxílios, doações, heranças e legados, observado o disposto no Estatuto;
- Apresentar à entidade mantenedora a proposta de orçamento anual da receita e despesa, bem como de suas alterações no decorrer do exercício;
- Regular e aplicar o regime de sanções a que estão sujeitos os corpos docente, discente e técnico-administrativo.

A Faculdade Santa Cruz - FACRUZ goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão orçamentária, exercida na forma da lei e nas disposições estatutárias. A gestão da FACRUZ está alicerçada nos órgãos da Administração Superior e nos órgãos da Administração Básica.

A Administração Superior está constituída por órgãos deliberativos e órgãos executivos. O órgão deliberativo é o Conselho Técnico Administrativo (CTA). Os órgãos executivos são a Diretoria Geral, a Diretoria Acadêmica e de Desenvolvimento, a Diretoria de Marketing e Esportes e a Secretaria Geral.

A Administração Básica está composta por órgãos deliberativos e por órgãos executivos e seu objetivo é a execução das atividades de ensino e extensão que atuam diretamente na formação geral e profissional do estudante. Esses órgãos compõem uma estrutura organizacional e são as Coordenadorias de Cursos.

A composição do Conselho Técnico Administrativo (CTA) garante total independência dos diferentes segmentos da área acadêmica e assegura a representatividade e a participação sistemática da comunidade acadêmica nesses Colegiados.

Da mesma forma, a composição de cada Colegiado de Curso além de garantir sua total independência acadêmica, permite que a comunidade universitária

tenha representatividade e participação sistemática nesses colegiados. Esta independência acadêmica é comprovada pela composição organizacional de cada um dos colegiados, e garantida por disposições estatutárias.

6.2. Gestão institucional.

A Faculdade Santa Cruz - FACRUZ apresenta uma estrutura organizacional que atua em coerência com os seus objetivos institucionais, bem como apresenta integração entre a gestão administrativa, órgãos colegiados e comunidade acadêmica nos processos decisórios.

De fato, fundamentado no grau de independência e na representatividade da composição dos órgãos colegiados, assegurados pelo Estatuto e Regimento Geral, desenvolveu-se e consolidou-se, ao longo do tempo, um intenso e profícuo trabalho de cooperação entre os colegiados acadêmicos e os órgãos executivos do FACRUZ. Concorreu, também, para isso o fato de a instituição sempre ter contado com profissionais competentes e comprometidos entre os integrantes de seus colegiados.

A estrutura de órgãos da Administração Superior tem a responsabilidade de definir a política educacional e de controlar o funcionamento acadêmico da IES. Também se integram nessa estrutura órgãos normativos e executivos da Administração Básica, tais como as Coordenadorias de Curso, Colegiados de Curso e Núcleos Docentes Estruturantes, cujo objetivo é a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão que atuam diretamente na formação geral e profissional do estudante.

As adequadas articulações entre as duas estruturas podem garantir o funcionamento institucional para uma formação acadêmica de qualidade dos alunos. O funcionamento dos órgãos colegiados e a sua participação no processo de gestão vêm se mostrando bastante adequado e busca-se constantemente empregar procedimentos pertinentes para uma gestão que garanta maior dinamicidade no atendimento da demanda educacional de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, a dinâmica interna dos processos de comunicação e circulação das informações tem se apresentado bastante positivos, na medida em que também se agilizam esses processos. A estrutura organizacional da IES é complexa, interiormente diversificada e demanda constantes avaliações do grau de efetivo desempenho das atribuições de seus cargos e funções.

A estrutura organizacional e as instâncias de decisão da FACRUZ obedecem ao disposto:

São órgãos da FACRUZ:

- I - O Conselho Superior da faculdade
- II - a Diretoria;
- III - os Colegiados dos cursos;
- IV - as Coordenações Acadêmicas dos cursos.
- V - Os Núcleos Docentes Estruturantes

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Na concepção da estrutura organizacional e das instâncias de decisão da FACRUZ, foram previstos órgãos colegiados de três naturezas, a saber:

- CONSELHO SUPERIOR
- COLEGIADO DE CURSO
- NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

6.3. Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.

Entre outras, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) tem como competência exercer a jurisdição superior e traçar as diretrizes da FACRUZ. Reúne-se ordinariamente ma vez por trimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou de dois terços, pelo menos, de seus membros para deliberar sobre as matérias de sua competência. Para viabilizar as reuniões são feitas comunicações aos membros do colegiado com as respectivas pautas. As

deliberações do colegiado são registradas em atas e, após leitura e aprovação, são devidamente assinadas por seus membros.

As decisões emanadas do CTA são encaminhadas pelo Secretário Geral, a quem de direito, para serem cumpridas. O Conselho Técnico Administrativo (CTA), sem prejuízo de outras providências, pode avocar a solução de problemas emergentes de qualquer colegiado do IES, quando ocorrer impossibilidade de reunião destes, em a terceira convocação.

CONSELHO SUPERIOR

O Conselho Técnico Administrativo (CTA) é um órgão independente e autônomo, deliberativo e normativo da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ e tem a seguinte composição:

- Diretor Geral da Faculdade. Presidente Executivo
- Diretor Acadêmico da Faculdade - 1º Presidente Substituto
- Diretor Administrativo da Faculdade - 2º Presidente Substituto
- Coordenadores de Cursos de Graduação - Membros
- Representante do Corpo Docente da Faculdade - Membro
- Representante do Corpo Discente da Faculdade - Membro
- Representante da Mantenedora - Presidente Nato

Os representantes do corpo docente e do corpo discente são escolhidos pelo Presidente do Conselho Técnico Administrativo (CTA) através da indicação de listas tríplexes. O mandato dos representantes do corpo docente e do corpo discente será de um ano, permitida a recondução.

Compete ao Conselho Técnico Administrativo (CTA):

- I. Deliberar sobre o plano de desenvolvimento institucional, sobre o projeto pedagógico institucional, e sobre os projetos pedagógicos dos cursos;

- II. Deliberar sobre o lançamento de cursos, definição e transferência de vagas, funcionamento dos cursos de graduação tecnológica de nível superior, de extensão e de pós-graduação (Lato Sensu e Strito Sensu);
- III. Deliberar sobre a estrutura organizacional da faculdade e sobre a definição de cargos e atribuições dos ocupantes;
- IV. Deliberar sobre a regulamentação dos estágios supervisionados e sobre a oferta de atividades complementares;
- V. Deliberar sobre processos de avaliação institucional consonante a normatividade estabelecida pelo MEC;
- VI. Deliberar sobre datas e processos seletivos de acesso aos cursos de graduação, tecnológicos de nível superior e pós-graduação da faculdade;
- VII. Deliberar sobre normas e procedimentos relativos a: autorização e cancelamento de matrícula, aproveitamento de estudos para recepção de alunos transferidos; transferência interna entre cursos de alunos; trancamento de matrícula e cancelamento de vínculo de aluno; avaliação e aproveitamento de estudos para reconhecimento de notório saber; definição do regime de dependências;
- VIII. Deliberar sobre procedimentos para diplomação dos concluintes dos cursos de graduação, tecnológicos de nível superior e de pós-graduação;
- IX. Deliberar sobre contratos, acordos e convênios e outras matérias que lhes forem submetidas ao Diretor Geral;
- X. Deliberar sobre criação de instâncias provisórias para desenvolvimento e sobre processos disciplinares e/ou administrativos em desfavor de funcionários, docentes e discentes;
- XI. Deliberar sobre processos de desenvolvimento e avaliação de pessoal da faculdade;
- XII. Deliberar sobre o funcionamento dos setores da faculdade bem como, a direção e a intensidade do fluxo de informações;
- XIII. Deliberar o plano anual de trabalho das unidades da estrutura orgânica e sobre o plano de trabalho da faculdade;
- XIV. Deliberar sobre o orçamento da faculdade;
- XV. Deliberar sobre a concessão de dignidades acadêmicas;
- XVI. Deliberar sobre os relatórios apresentados pelas instâncias diretoras da faculdade;

XVII. Deliberar sobre recursos interpostos de decisões das diversas instancias diretoras;

XVIII. Deliberar sobre outras questões que se lhe remetam em face da impossibilidade de análise e decisão das demais instâncias da faculdade, consonante os ditames das leis e normas vigentes no país e no regimento da faculdade.

6.4. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.

Na estrutura organizacional da IES integram-se também órgãos normativos e executivos da Administração Básica, tais como as Coordenadorias de Curso e os Colegiados de Curso, cujo objetivo é a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão que atuam diretamente na formação geral e profissional do estudante.

FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

A FACRUZ garante às Coordenações de Curso e ao respectivo corpo docente a efetiva participação nos Colegiados dos Cursos, nos termos normativos discriminados a seguir:

O Conselho de Curso é integrado pelos seguintes membros:

- O Coordenador do Curso, que o preside;
- Quatro representantes do corpo docente do curso, sendo dois escolhidos pelo Diretor Geral e dois pelos seus pares, com mandato de um ano, podendo haver recondução;
- Um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de um ano, com direito à recondução.

Compete ao Conselho de Curso:

- Deliberar sobre o projeto pedagógico do curso;
- Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;

- Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do CTA;
- Pronunciar-se, em grau de curso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, reconsideração ou revisão de notas, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- Aprovar normas complementares sobre aproveitamento de estudos, dependência e adaptação, trabalhos de graduação, estágios e atividades complementares;
- Opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- Promover a avaliação periódica do curso; e.
- Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.
- Cursos de licenciatura destinados à formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio;
- Programas de formação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis;
- Programas especiais de formação pedagógica destinados a, portadores de diploma de nível superior;
- Cursos de pós-graduação, voltados para a atuação na educação básica.

Levando-se em consideração as características do colegiado de curso, em seus aspectos composicional e/ou funcional, cabe esclarecer a enorme importância desse espaço de concepção e de debate sobre todas as implicações pedagógicas do curso. Trata-se de um campo onde são concebidas e indicadas a maior parte das ações didático-pedagógicas que transformam-se em base para a efetivação dessas ações. É esclarecedor também registrar que esse espaço também reflete as diretrizes preconizadas pelo projeto pedagógico do curso, bem como as diretrizes institucionais defendidas pela IES, formalizadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A partir disso, o colegiado de curso, em sua composição e funcionamento,

reflete coerentemente as prerrogativas normativas e institucionais da FACRUZ, sobretudo no tocante à acessibilidade ao conhecimento da comunidade interna, bem como à garantia de sua autonomia e sua representação junto aos segmentos docentes e discentes.

É importante destacar que cada Curso tem o seu Núcleo Docente Estruturante. O Núcleo Docente Estruturante é próprio de cada Curso da IES. Sua natureza é pedagógica, uma vez que sua função é a formulação do Projeto Pedagógico do Curso, seu desenvolvimento, avaliação e reformulação, visando garantir que o Curso seja apto para atender as demandas acadêmicas e sociais.

Objetivando o efetivo cumprimento de sua missão, o NDE do curso é composto por cinco docentes que atuam no curso, procurando-se o equilíbrio de docentes que atuam em disciplinas de formação básica e das áreas especializadas do currículo.

A Presidência do NDE cabe ao Coordenador do Curso que, por sua vez, também preside o Colegiado do Curso.

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos da FACRUZ.

Art. 2º. Cada curso de Graduação da FACRUZ deverá ter o seu NDE.

Art. 3º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE), de que trata o presente Regimento, é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico dos Cursos do FACRUZ e tem por finalidade a implantação do mesmo.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- c) atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- d) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- e) supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pela coordenação e Colegiado de curso;
- f) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- g) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- h) analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- i) promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino jurídico e o projeto pedagógico do Curso;
- j) acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando à coordenação do curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
- l) todas as penalidades administrativas passarão pelo NDE para parecer opinativo;
- m) analisar o recurso de avaliação, após a decisão da coordenação do curso;
- n) reportar ao Diretor Acadêmico todas as sugestões, modificações e decisões promovidas pelo NDE, conforme determina o Regimento Interno da FACRUZ.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 5º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído pelos seguintes membros:

- a) o Coordenador do Curso, como seu presidente;

b) ser constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, incluso o coordenador do curso.

Art. 6º. A indicação dos representantes docentes será pela Direção Acadêmica em conjunto com a coordenação e aprovada pelo Colegiado de Curso, para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução.

Parágrafo único: A modificação da composição dos membros do NDE poderá ser feita mediante solicitação do Diretor Acadêmico, do Coordenador de curso e/ou da solicitação do membro. O Coordenador do curso sempre fará parte do NDE.

CAPÍTULO IV

DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS MEMBROS DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 7º. Os docentes que compõem o NDE possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

CAPÍTULO V

DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 8º. Os docentes que compõem o NDE são contratados em regime de horário parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 9º. Compete ao Presidente do NDE:

- a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b) representar o NDE junto aos órgãos da Instituição;
- c) encaminhar as deliberações do NDE, aos setores competentes da instituição;

- d) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- e) indicar coordenadores para cada área do saber jurídico, quando necessário;
- f) coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da Instituição;
- g) proferir o voto de desempate.

CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES

Art. 10º. O NDE reunir-se-á, sempre que convocado pelo Diretor Acadêmico ou pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 11º. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 12º. Os percentuais relativos à titulação e ao regime de trabalho dos componentes do NDE deverão ser garantidos pela Instituição no prazo mínimo de 1 (um) ano.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º. Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou, diante da limitação deste, pelo Diretor Acadêmico do FACRUZ, de acordo com o que dispõe o seu Regimento Interno.

Art. 14º. Este regimento aplica-se às disposições do regimento interno da FACRUZ.

Art. 15. O presente Regulamento entra em vigor imediatamente após aprovação.

DIMENSÃO 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

7.1. Coerência da Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.

Constata-se que o plano de expansão da infraestrutura física destinada ao ensino, pesquisa, recursos de informática e comunicação, previsto no PDI foi implementado. Assim, ao tratar-se do PDI relacionados à realidade institucional verificou-se boa articulação, adesão e coerência entre o proposto e o realizado.

A seguir descrevemos as informações referente à infraestrutura e instalações acadêmicas.

A Biblioteca possui atualmente um total de 735 títulos e 3.028 exemplares. Em relação aos periódicos, existe hoje acesso por meio eletrônico a mais de 50 periódicos on-line.

A Biblioteca é informatizada e com acesso à Internet nos terminais de consulta e por meio de rede wi-fi. É possível a consulta ao acervo por meio dos terminais da própria biblioteca, dos laboratórios de informática ou de qualquer computador/dispositivo com acesso à internet, por meio do Portal Acadêmico, intranet disponível para alunos, professores, coordenadores e gestores. O software utilizado é o Bookweb, totalmente integrado com o software de Gestão Acadêmica, denominado Horus. O sistema permite o controle de todo o acervo da biblioteca, inclusive controle de empréstimos e usuários.

A política de aquisição e atualização do acervo é definida em função do orçamento semestral destinado para cada curso. A seleção dos documentos a serem adquiridos é feita com base no conteúdo programático das disciplinas, considerando-se a bibliografia sugerida pela Direção acadêmica, Coordenações dos cursos, Professores e Bibliotecário. Esta política tem como base a definição das áreas centrais (bibliografias básicas) e periféricas (bibliografias complementares) de interesse da Instituição mediante aos serviços oferecidos, no sentido de atender as necessidades dos usuários da biblioteca.

Cabe à biblioteca os serviços de cotação de preços, o recebimento da compra efetuada e a preparação de todo o material adquirido, inserindo-os ao acervo para o atendimento ao usuário.

A aquisição dos documentos é feita através de doação, compra e permuta. De acordo com cada processo, o conteúdo intelectual da obra, a idoneidade da autoria, abrangência, atualidade do assunto, edição, editora e as prioridades dos cursos ministrados pela Instituição, são considerados critérios essenciais para que a obra passe a compor o acervo da biblioteca.

COMPRA

Quanto ao número de exemplares, a biblioteca adota a seguinte política para aquisição:

- I. livros considerados da *bibliografia básica*: será adquirido no mínimo 3 títulos com 1 exemplar para cada 14 vagas anuais autorizadas/pretendidas por disciplina/unidade curricular;
- II. livros da *bibliografia complementar*: serão adquiridos no mínimo 5 títulos com 2 exemplares de cada título para cada disciplina/unidade curricular;

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As tecnologias de informação e comunicação – TIC trazem contribuições à produção escrita e à leitura prazerosa, apontando novos horizontes para a formação de uma sociedade de leitores e escritores. Por tratar-se de uma nova forma de expressão do pensamento e interação, a incorporação desses recursos à educação é objeto de investigação não apenas como um meio para ensinar conteúdos específicos de disciplinas, mas principalmente pelos processos cognitivos, sociais e afetivos que suscitam.

O advento das tecnologias de informação e comunicação resultante da junção entre informática e telecomunicações, gerou novos desafios e oportunidades para a incorporação das TIC nas IES em relação à representação e comunicação de idéias.

O uso de ambientes virtuais de aprendizagem numa perspectiva de interação e construção e colaborativa de conhecimento evidenciaram a potencialidade de promover o desenvolvimento de habilidades de escrever, ler e interpretar textos. Daí decorre o grande impacto desses ambientes não só no sistema educacional, mas também no desenvolvimento humano e na cultura brasileira, de tradição essencialmente oral.

A inserção das TICs na educação oportuniza romper com as paredes da sala de aula e da escola, integrando-a à comunidade que a cerca, à sociedade da informação e a outros espaços produtores de conhecimento. Ao usar as TICs para aproximar o objeto do estudo acadêmico da vida cotidiana, gradativamente se desperta no aluno o prazer pela leitura e escrita como representação de seu pensamento e interpretação do mundo, viabilizando a constituição de uma sociedade de profissionais em busca do conhecimento.

A FACRUZ já utiliza em seus cursos recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, principalmente com o uso do computador e da internet, como por exemplo, o seu Portal Acadêmico. Também é utilizado o laboratório de informática com softwares de apoio às atividades acadêmicas em várias disciplinas.

A plataforma utilizada para a publicação de conteúdo é o *Horus* que conta com as principais funcionalidades disponíveis nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. É composto por ferramentas de avaliação, comunicação, disponibilização de conteúdo, administração e organização. Por meio dessas funcionalidades é possível dispor de recursos que permitem a interação e a comunicação entre o discente, docente e corpo acadêmico da IES, através da publicação do material de estudo em diversos formatos de documentos. Assim como, ter acesso a Biblioteca Virtual, Revistas e Periódicos Online.

No Ambiente Portal acadêmico, o aluno tem acesso ao material pedagógico disponibilizado por disciplina, além dos recursos de interação que permite o dialogo entre os discentes e docentes.

7.2. Instalações gerais

Hoje a FACRUZ possui a seguinte unidade em funcionamento:

Endereço Sede: Rua Júlia Aragão, Nº 307, Centro – Santa Cruz do Capibaribe - CEP: 55.190-000.

7.3. NSA para IES credenciadas para ensino presencial

7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.

As instalações para o acervo são plenamente adequadas e seguem padrões de qualidade exigíveis para as bibliotecas universitárias, inclusive com ambientes climatizados e rampas para acesso aos deficientes. O armazenamento do acervo é satisfatório, com iluminação adequada e extintores de incêndio localizados corretamente.

O funcionamento também se mostra plenamente adequado, com terminais de consulta disponíveis ao público por toda a biblioteca; as consultas podem ser realizadas por autor, título, assunto e palavra-chave. O sistema padrão segue o tipo de catalogação AACR2, e da classificação bibliográfica C.D.U. (Classificação Decimal Universal). Todo o acervo encontra-se automatizado e disponibilizado para empréstimos

A Biblioteca possui atualmente um total de 735 títulos e 3.028 exemplares. Em relação aos periódicos, existe hoje assinatura de cerca de 25 periódicos impressos e acesso por meio eletrônico a mais de 50 periódicos on-line.

A Biblioteca é informatizada e com acesso à Internet nos terminais de consulta e por meio de rede wi-fi. É possível a consulta ao acervo por meio dos terminais da própria biblioteca, dos laboratórios de informática ou de qualquer computador/dispositivo com acesso à internet, por meio do Portal Acadêmico, intranet disponível para alunos, professores, coordenadores e gestores. O software utilizado é o Bookweb, totalmente integrado com o software de Gestão Acadêmica, denominado Siabi. O sistema permite o controle de todo o acervo da biblioteca, inclusive controle de empréstimos e usuários.

A política de aquisição e atualização do acervo é definida em função do orçamento semestral destinado para cada curso. A seleção dos documentos a serem adquiridos é feita com base no conteúdo programático das disciplinas, considerando-se a bibliografia sugerida pela Direção acadêmica, Coordenações dos cursos, Professores e Bibliotecário. Esta política tem como base a definição das áreas centrais (bibliografias básicas) e periféricas (bibliografias complementares) de interesse da Instituição mediante aos serviços oferecidos, no sentido de atender as necessidades dos usuários da biblioteca.

Cabe à biblioteca os serviços de cotação de preços, o recebimento da compra efetuada e a preparação de todo o material adquirido, inserindo-os ao acervo para o atendimento ao usuário.

A aquisição dos documentos é feita através de doação, compra e permuta.

De acordo com cada processo, o conteúdo intelectual da obra, a idoneidade da autoria, abrangência, atualidade do assunto, edição, editora e as prioridades dos cursos ministrados pela Instituição, são considerados critérios essenciais para que a obra passe a compor o acervo da biblioteca.

COMPRA

Quanto ao número de exemplares, a biblioteca adota a seguinte política para aquisição:

- I. livros considerados da *bibliografia básica*: será adquirido no mínimo 3 títulos com 1 exemplar para cada 14 vagas anuais autorizadas/pretendidas por disciplina/unidade curricular;
- II. livros da *bibliografia complementar*: serão adquiridos no mínimo 5 títulos com 2 exemplares de cada título para cada disciplina/unidade curricular;

Segue abaixo o Regimento Interno da biblioteca da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ.

BIBLIOTECA

REGIMENTO INTERNO

I – FINALIDADE

Art.1º - Este regimento visa disciplinar uniformemente o funcionamento interno e o atendimento ao público da Biblioteca.

Art.2º - A Biblioteca está subordinada tecnicamente à Diretoria Acadêmica da FACRUZ.

II – FUNCIONAMENTO

Art.3º - A Biblioteca funciona de segunda a sábado.

- I. No período regular, das 8h às 12h e das 13h às 21h30min.
- II. Aos sábados, das 08h às 12h.

III – EMPRÉSTIMO DE OBRAS

Art.4º - Poderão ser habilitados ao empréstimo do acervo da Biblioteca, os discentes de Graduação e de Pós-Graduação, docentes, técnicos administrativos e demais funcionários da FACRUZ, através da Carteira de Identificação de aluno ou de funcionário.

Parágrafo único: A Biblioteca deverá controlar as fichas de cadastramento dos usuários que os habilita ao empréstimo de obras, devendo o usuário fornecer seus dados através de formulário de cadastramento.

Art.5º - Poderá ser emprestada qualquer publicação pertencente ao acervo da Biblioteca, exceto obras de referência (dicionários, enciclopédias, mapas) e obras de consultas.

I – Os discentes de Graduação e Pós-Graduação da FACRUZ podem tomar emprestados até 02 (dois) títulos pelo prazo de três dias;

II – Aos docentes é facultada a retirada de até 03 (três) títulos pelo prazo de quinze dias;

III – Aos técnicos administrativos e demais funcionários da FACRUZ, é facultada a retirada de um exemplar pelo prazo de 03 (três) dias;

§ 1º O empréstimo poderá ser renovado 02 (duas) vezes, mediante solicitação do leitor e apresentação da publicação.

§ 2º Os prazos aqui estipulados poderão ser dilatados ou interrompidos, dependendo da demanda da publicação.

§ 3º A não observância dos prazos de devolução dos materiais tomados de empréstimo, implicará na aplicação de multa moratória (conforme previsto na Cartilha Financeira da Faculdade) e/ou suspensão do direito de usuário.

Art. 6º - Poderão os usuários da Biblioteca realizar empréstimos especiais pelo prazo de 03 (três) horas de um exemplar de consulta ou não, sem alteração dos empréstimos normais concedidos, e em caso de atraso da entrega do material, haverá punição de 03(três) dias de suspensão dos direitos de usuário e pagamento de multa moratória conforme previsto na Cartilha Financeira da Faculdade.

IV – CONSULTA

Art. 7º - O usuário vinculado à instituição poderá realizar consulta local do acervo bibliográfico, não havendo limites de publicações. Para o usuário externo, a instituição disponibiliza apenas o espaço físico.

Parágrafo único: Após a consulta o leitor deverá entregar as publicações para o funcionário responsável pela Biblioteca.

Art. 8º - A saída do material da Biblioteca para consulta ou cópia, só será efetivado mediante apresentação de documento original de identidade com foto.

Art. 9º - A consulta a Internet deverá ser realizada prioritariamente pelos acadêmicos da FACRUZ em um intervalo de tempo de 20 (vinte) minutos.

V – REGISTRO

Art. 10º - A Biblioteca deverá ter registrado todos os seus serviços e acontecimentos, diariamente e em livros específicos:

I. As publicações emprestadas deverão ser registradas com data, matrícula, assinatura e classificação do leitor, número de chamada, registro e classificação da publicação, além de data de devolução da obra.

II. As publicações consultadas deverão ser registradas com data, o nome do leitor, do curso a que pertence, número de registro e classificação da publicação e do usuário.

IV. Os demais fatos ocorridos na Biblioteca deverão ser registrados em livro de ocorrência, constando data e assinatura do responsável pela Biblioteca.

VI – AQUISIÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Art. 11º - A Biblioteca deverá adquirir mais publicações a partir de compras, doações e permutas, visando ampliar o seu acervo bibliográfico. Ressalta-se, todavia, que as aquisições somente serão procedidas se obedecerem às diretrizes emanadas das Diretorias Acadêmicas e de Desenvolvimento Institucional.

§ 1º. O funcionário responsável pela Biblioteca deverá relacionar as publicações em que a demanda exige maior número de exemplares, e/ou que sejam imprescindíveis suas aquisições dadas às especificidades dos Cursos e a taxa de usabilidade.

§ 2º. Qualquer pessoa poderá sugerir, por escrito, ao gestor do seu curso, a aquisição de novas publicações. A decisão de compra será de competência exclusiva da Direção-geral, ouvidos os diretores de Desenvolvimento Institucional e Acadêmico.

§ 3º. A relação das publicações a serem adquiridas deverá ser encaminhada trimestralmente, o(a) bibliotecário(a) responsável que fará o levantamento da existência ou não dos títulos no acervo, bem como, identificará os fornecedores e preços.

VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Direção Acadêmica.

7.5. NSA para IES credenciadas para ensino presencial.

DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

8.1. Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais.

Após sua constituição, em 2005, a CPA da FACRUZ elaborou a Proposta de Autoavaliação Institucional com a participação dos diversos segmentos da IES à luz dos documentos e orientações do SINAES.

A Proposta estabeleceu os objetivos de:

- a) avaliar a FACRUZ como uma totalidade integrada composta de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais;
- b) efetuar a auto-análise valorativa da coerência entre sua missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica, ao desenvolvimento institucional e à pertinência social;
- c) favorecer nos membros da comunidade acadêmica a autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização;
- d) compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais da IES identificando possíveis causas de problemas, bem como possibilidade se potencialidades;
- e) estabelecer pontos de referência para a construção de uma agenda futura, articulando objetivos, recursos, práticas e resultados, tendo em vista melhorar a qualidade acadêmica da Instituição por meio da diminuição da distância entre o projeto e sua realidade institucional.

O desenvolvimento das atividades próprias do processo de implementação dos procedimentos de autoavaliação teve início a seguir e vem acontecendo desde então.

A Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, mantida pelo Centro de Ensino Superior Santa Cruz LTDA tem proposto o seu Plano de Avaliação Institucional, conforme estabelece a Lei nº 10.861/2004 que institui o SINAES.

A idéia principal das avaliações já desenvolvidas pela Faculdade Santa Cruz - FACRUZ é que toda a comunidade acadêmica possa se comprometer com a qualidade do ensino e que possam buscar formas de melhorar o seu desempenho institucional.

CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A partir do entendimento de que a educação tem papel ativo e significativo na transformação social, considera-se avaliação institucional como um processo sistemático de busca de subsídios para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição em face de sua missão científica e social.

A avaliação institucional deve ser entendida como um processo de criação de cultura institucional e de busca permanente e sistemática de auto-superação, nos contextos interno e externo. Uma avaliação institucional de qualidade não pode permitir uma visão parcial e fragmentada da realidade da IES, nos contextos em que atua, mas deve ser concebida como um artefato que possibilite a concretização da ideia de integração e de articulação entre o que foi planejado e o que foi concretizado.

Assim, não se concebe uma avaliação institucional com finalidade em si mesma (avaliar por avaliar), mas se concebe uma avaliação como parte integrante de um ciclo da gestão institucional – PDCA, ou seja: Planejamento (PDI), Desenvolvimento das ações planejadas, Coordenação dos processos e Avaliação durante o processo e dos resultados obtidos.

Conforme define o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, a avaliação institucional contempla dois momentos:

- Autoavaliação ou Avaliação Interna (conduzido pela Instituição através da CPA); e
- Avaliação Externa (efetuada por comissão de avaliadores designada pelo INEP/MEC), além de também envolver o ENADE, o Conceito Preliminar de Curso, o Conceito de Curso e o Índice Geral de Cursos.

A avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos: produzir conhecimentos, verificar o atingimento de metas e a concretização das ações planejadas pela IES, identificar as causas dos seus problemas e deficiências e indicar alternativas de soluções, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos setores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar a relevância científica e social de suas atividades e produtos.

A *autoavaliação* representa um importante instrumento para a tomada de decisão, pois de seu processo resultará um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões.

A avaliação externa é a outra dimensão essencial da avaliação institucional e é conduzida por comissões de avaliadores externos à instituição. A avaliação externa tem por objetivos: contribuir para o auto-conhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela IES, ajudar a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontar pontos fortes e debilidades institucionais, apresentar críticas e sugestões de melhoramento ou, mesmo de providências a serem tomadas, bem como, fornecer subsídios importantes para regulação e a formulação de políticas educacionais.

A avaliação externa é desenvolvida através de análises documentais, visitas *in loco*, interlocução com membros de diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da comunidade local e/ou regional.

A Avaliação Institucional, prevista pelo SINAES, contempla: a Avaliação das IES (Autoavaliação e Avaliação Externa); Avaliação das condições de oferta dos cursos superiores; Avaliação da CAPES (dos programas de pós-graduação) e o ENADE Exame Nacional do Desempenho Estudantil.

Acrescentamos a estas duas avaliações concebidas pelo SINAES os indicadores criados pelo MEC: Conceito Preliminar de Curso e Índice Geral de Cursos.

A Faculdade Santa Cruz - FACRUZ traçou o seu Programa de Autoavaliação Institucional baseado nas diretrizes gerais estabelecidas na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES, sendo:

- A missão e o PDI – identifica o projeto e a missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional da IES.
- As políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão – inclui os procedimentos para estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e das atividades de extensão; explicita as políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento; de articulação interna que favorece a iniciação científica e profissional dos estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão.
- A responsabilidade social da instituição, no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória e patrimônio cultural, da produção artística – contempla o compromisso social da instituição enquanto portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independente da configuração jurídica da IES.
- A comunicação (relacionamento) com a sociedade – identifica as formas de aproximação efetiva entre a IES e a sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como a IES se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.
- As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho – explicita as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo,

associando-os com planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com condições objetivas de trabalho.

- Organização e gestão da instituição – avalia os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial dos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional.

- Infraestrutura (área física para o ensino e para a pesquisa, biblioteca, laboratórios e TIC) – analisa a infraestrutura da instituição relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da IES.

- Planejamento e avaliação dos processos, resultados e eficácia da avaliação institucional – considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo *continuum*, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocações institucionais.

- Políticas de atendimento aos estudantes – analisa as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas através dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

- Sustentabilidade Financeira tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior – avalia a capacidade de gestão e de administração do orçamento, as políticas e as estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas estabelecidas.

8.2. Autoavaliação institucional

PLANO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - PAI

Buscar a indissociabilidade entre planejamento, gestão e avaliação deve ser o princípio básico e fundamental que deve nortear qualquer tipo de organização e, especialmente, uma instituição de educação superior. Caminhar na busca dessa indissociabilidade é o objetivo da FACRUZ. A unidade está presente na concepção e nos procedimentos acadêmicos unificados, sem descaracterizar os fins, os objetivos e as metas da IES e cursos.

O Plano de Autoavaliação Institucional ora formulado vem solidificar uma política de avaliação já adotada pela Instituição e que tem norteado o planejamento e a implementação de ações de melhorias, buscando sempre uma melhor qualidade de ensino. Visa atender, também, às políticas administrativas e acadêmicas da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, concebidas numa filosofia de educação baseada no construtivismo e no saber-fazer. O propósito da instituição é possibilitar a formação de excelentes profissionais de nível superior, de acordo com as exigências do mercado de trabalho atual e futuro.

Mesmo se tratando de faculdades isoladas, voltadas à formação de profissionais com qualidade e em condições de atuarem com sucesso nas suas áreas específicas de formação, a Instituição busca o aprimoramento contínuo de suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

Por isso, entende que é importante a realização de um trabalho permanente de avaliação, a fim de verificar o atingimento dos objetivos, das metas e ações planejadas e executadas pela Instituição.

Objetivos do Plano de Autoavaliação Institucional

Os objetivos estabelecidos para o Plano de Autoavaliação Institucional da Faculdade Santa Cruz - FACRUZ, levam em consideração as dimensões estabelecidas pelo SINAES e são:

- avaliar o Plano de Desenvolvimento Institucional, buscando identificar os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades, visando a melhoria da qualidade institucional.
- avaliar o desempenho docente e discente e do processo de ensino e aprendizagem, visando a identificação de seus desempenhos, identificação dos problemas, das mudanças necessárias e das inovações exigidas pelo mercado de trabalho e pela legislação vigente.
- avaliar as atividades complementares e extra-curriculares, dos estágios de prática profissional e das Monografias e TCCs, a fim de verificar de que maneira

elas atendem as necessidades do mercado de trabalho e ao projeto pedagógico de cada curso.

- avaliar e propor mudanças no Projeto Pedagógico (concepção, missão, perfil, currículo, sistema de avaliação da aprendizagem) dos cursos da instituição, ouvindo os dirigentes, alunos, ex-alunos, professores, funcionários técnico-administrativos e segmentos do mercado de trabalho relacionados aos seus cursos.

- avaliar os resultados obtidos com os cursos de Pós-Graduação a fim de verificar o atendimento às demandas do mercado de trabalho e as aspirações da sociedade local e regional.

- identificar necessidades e instituições parceiras para o desenvolvimento de projetos que visem o desenvolvimento da cultura e da cidadania, a serem desenvolvidos com o envolvimento de seus alunos e professores.

- diagnosticar o grau de satisfação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, no que se refere as políticas de admissão, manutenção e desenvolvimento de pessoal da instituição.

- avaliar a infra-estrutura física e tecnológica, a fim de verificar o nível de atendimento às atividades desenvolvidas pela instituição.

- efetuar a avaliação da satisfação do egresso e de sua inserção e valorização no mercado de trabalho

- identificar as vocações regionais, as necessidades empresariais e as perspectivas de crescimento local e regional, a fim de subsidiar a atualização do PDI e as políticas institucionais e de criação de novos cursos.

- identificar as políticas e estratégias administrativas, financeiras e mercadológicas de seus concorrentes e as estratégias de alocação e retenção de clientes.

Etapas previstas para a execução da autoavaliação

Todas as etapas serão coordenadas pela CPA, com a ciência e o envolvimento dos dirigentes, bem como com a participação dos coordenadores de cursos, representantes docentes e do pessoal técnico-administrativo e de líderes de grupo de alunos, de acordo com cada modalidade (tipo) de avaliação.

As etapas de execução de cada modalidade (tipo) de avaliação são:

- 1ª Etapa – Sensibilização.
- 2ª Etapa – Definição da metodologia.
- 3ª Etapa – Elaboração e testagem dos instrumentos de pesquisa.
- 4ª Etapa – Diagnóstico: Aplicação dos instrumentos e coleta dos dados.
- 5ª Etapa – Tabulação, análise dos dados e elaboração dos relatórios.
- 6ª Etapa – Discussão dos resultados da pesquisa.
- 7ª Etapa – Meta-avaliação.
- 8ª Etapa – Planejamento de metas e ações corretivas.

O PAI, em sua dupla função de avaliar e levantar propostas de melhorias serão coordenados pela CPA, a qual poderá contar com a constituição de outras comissões. As referidas comissões ou grupos de trabalho serão constituídos com propósitos e finalidades bem específicas, podendo ser formados de acordo com a especificação abaixo:

- Comissão de Avaliação do Projeto Pedagógico e do Processo de Ensino e Aprendizagem.
- Comissão de Avaliação e Autoavaliação dos docentes, dos discentes e dos egressos.
- Comissão de Avaliação dos projetos de Pesquisa, de Extensão e de Pós-Graduação; avaliação de estágios, monografias e TCCs.
- Comissão de Avaliação do PDI, da infraestrutura, da gestão institucional, das políticas e estratégias financeiras de mercado e das estratégias de retenção de clientes.

8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.

AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL

São objetivos das avaliações e do acompanhamento do desempenho institucional da FACRUZ:

- Seu aperfeiçoamento, crescimento e consolidação institucional; continuidade do respeito e da qualificação do projeto institucional;
- Compreender os parâmetros de qualidade e as diretrizes curriculares dos cursos;
- Elaboração de relatórios com as conclusões da comissão, para comparação com resultados anteriores e futuros;
- Construção de seu caráter pedagógico.

Projeto de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional: o processo de avaliação do desempenho institucional abrange a gestão, o ensino e a extensão, e ocorrerá de acordo com os seguintes princípios:

Realizado por comissão integrada por representantes da comunidade acadêmica, corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo, buscando-se:

- Perenidade;
- Complementariedade das avaliações interna e externa (autoavaliação, ENADE, Conceito Preliminar de Curso, Conceito de Curso e Índice Geral de Cursos);
- Participação da comunidade acadêmica;
- Trato de dados quantitativos e qualitativos;
- Discussão com a comunidade acadêmica;
- Elaboração de relatórios para comparação futura;
- Aproveitamento dos resultados para revisão do PPC e PDI.

DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos discentes.

9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.

O discente é o primórdio do processo de ensino-aprendizagem. Pensando assim e para atender às suas necessidades adequadamente, a Faculdade Santa Cruz - FACRUZ mantém em permanente funcionamento o Núcleo de Apoio ao Estudante – (NAE), cuja missão é desenvolver um trabalho de caráter preventivo. Através do atendimento individual do aluno é que podemos identificar os obstáculos estruturais e funcionais, e assim, proporcionar a interação do discente no cotidiano acadêmico, focado no resgate da aprendizagem, resignificação dos conhecimentos e estímulo à autoestima. Deste modo, estabelecendo o pleno desenvolvimento do processo educacional.

Entre as atribuições do NAE, estão:

- Minimizar as lacunas que os alunos trazem do ensino médio, promovendo mecanismos de nivelamento e oferecendo condições para aprendizagens significativas;
- Propor atividade extraclasse que envolva cultura, criatividade, esporte e lazer.
- Fazer encaminhamento psicológico/ médico em casos que exijam tratamento específico.
- Oferecer atendimento e acompanhamento sistemático aos trabalhos acadêmicos realizados no espaço da faculdade;
- Apontar a solução de problemas relacionados a não-aprendizagem, enfocando o discente, o professor ou a própria instituição de ensino;
- (Re) orientar as decisões vocacionais dos discentes, quando eles assim solicitarem;
- Dar assistência e acompanhamento Psicopedagógica aos discentes que apresentem dificuldades no desenvolvimento de aprendizagem e em sua interação psicossocial;
- Orientar os alunos com dificuldade de estudar e aprender;
- Informar a Direção Acadêmica, Coordenador de Núcleo e Gestores de Cursos sobre casos de alunos que ignorem as orientações do NAE;
- Emitir informações aos docentes sobre os alunos que estão em acompanhamento com especialista, quando necessário;

- Atendimento às dificuldades de aprendizagem na sala de aula e/ou baixa frequência;
- Realizar atendimentos individuais e/ou grupais quando se fizer necessário;
- Apoiar os diretórios ou centros acadêmicos legalmente constituídos.

Dentre algumas atividades executadas pelo NAE, citamos:

Apoio Psicopedagógico

A FACRUZ, no sentido de cumprir seu compromisso com a qualidade da educação e, ainda, expressar sua consciência quanto aos desafios decorrentes da contemporaneidade, instituiu o Apoio Psicopedagógico. Em especial, expressa a compreensão e tomada de consciência da complexidade das variáveis pedagógicas e sociais, as quais permeiam todo processo educativo e se tornam fatores relevantes para a concretização de sua missão educacional, tendo em vista o desenvolvimento humano, o conhecimento científico e a cultura.

O Apoio Psicopedagógico tem como propósito mediar processos de orientação e acompanhamento dos discentes, docentes, funcionários e familiares que se encontram em dificuldades educacionais, emocionais, relacionais, vocativas, motoras, visuais, auditivas e outras, e suas ações compreendem:

- A escuta da situação-problema;
- A identificação da área de dificuldade: profissional, pedagógica, psicológica, de relacionamento interpessoal;
- A inclusão fundamentada no princípio da diversidade, fomentando o respeito e o convívio com as diferenças individuais;
- Apoio ao aluno em situação de crise ou risco;
- Encaminhamento de discentes aos programas da Política de Nivelamento;
- O apoio Psicopedagógico vinculado às estratégias e aos recursos voltados para o acompanhamento do percurso acadêmico do discente e da melhoria da qualidade do ensino;

- Propiciar, através de orientações objetivas e ou Psicopedagógicas, intervenções que minimizem o problema ou dificuldade no processo do ensino aprendizagem.
- Suporte de ação pedagógica para docentes.

Desse modo, a FACRUZ estabelece o Apoio Psicopedagógico, na perspectiva da inclusão social, do aperfeiçoamento da formação, da produção do conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico - científico e das condições concretas de vida dos discentes, docentes e comunidade acadêmica. Visto que os objetivos institucionais desta proposta demonstram o compromisso social, pedagógico e político que ampliam a dimensão e o sentido da educação, como processo de humanização, apropriação de saberes culturais, científicos, sociais, tecnológicos, éticos, artísticos. Assim como, garantir o direito de aprender implica em fazer da IES um lugar em que todos se sintam valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito em sua singularidade e identidade. É tarefa complexa e desafiadora que congrega o trabalho, o compromisso e a responsabilidade política de uma instituição e das pessoas que nela atuam.

Mecanismos de Nivelamento:

A Faculdade oferece cursos de nivelamento, a partir de diagnóstico inicial, no primeiro semestre letivo de cada curso e aprimoramento dos programas de monitoria. O diagnóstico é realizado nas primeiras semanas do primeiro período letivo dos cursos, para os alunos ingressantes, em Língua Portuguesa e em Matemática, além de teste específico para leitura, compreensão e produção de textos. Feito o diagnóstico, por turma, a FACRUZ oferece aos alunos aulas de nivelamento (optativas), com vistas a dar-lhes suporte para o desenvolvimento, com êxito, das atividades acadêmicas.

Atendimento Extraclasse:

O atendimento extraclasse será realizado por todos os setores da Faculdade (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Ouvidoria, NAE, Coordenadorias dos Cursos,

Professores em TI e TP etc.), a fim de proporcionar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

Os laboratórios poderão ser utilizados pelos alunos, fora do horário de aulas, com a participação de monitores e dos técnicos dos laboratórios, para o reforço da aprendizagem prática. A biblioteca terá horário de funcionamento durante os três turnos, incluindo os sábados, para que os alunos possam realizar suas pesquisas bibliográficas, leituras ou trabalhos em grupo sem prejuízo da presença em sala de aula. A Coordenadoria do Curso funciona durante o horário de funcionamento da Faculdade, aberta a alunos e professores, para a abordagem de qualquer assunto ligado ao curso e ao desempenho discente.

Núcleo de Empregabilidade

O Núcleo de Empregabilidade que tem como primordial objetivo promover a integração entre os estudantes e seu campo de atuação profissional por meio do desenvolvimento de seus talentos e potencialidades.

A missão do núcleo é de orientar e cooperar com os estudantes, junto às empresas parceiras, tendo em vista o aprimoramento profissional. O Núcleo de Empregabilidade é também uma relação de confiança entre alunos da faculdade e as empresas conveniadas, onde a parceria é feita através de visitas técnicas e estágios remunerados ou não. Aqui orientamos os alunos na confecção de seus currículos, damos dicas de comportamento para as entrevistas de estágio, informamos sobre as vagas disponíveis e material de suporte referente as áreas dos cursos ministrados pela FACRUZ. As ofertas de vagas são divulgadas diariamente no site, através do Portal Acadêmico e nos quadros de avisos de cada prédio.

Outra função primordial do Núcleo de Empregabilidade é o acompanhamento dos egressos a FACRUZ criou o encontro anual de egressos, oportunidade em que podemos trocar ricas experiências com os mesmos no que tange ao desempenho dos mesmos no mercado, pontos de melhoria no curso etc. Anualmente também é feito um CENSO de empregabilidade junto aos egressos, coletando informações sobre o desempenho profissional dos egressos no mercado de trabalho e também

envolvendo coleta de informações junto aos empregadores dos alunos egressos da FACRUZ. Como forma de estimular a formação continuada dos seus egressos a FACRUZ criou o Prêmio Continuidade, cujo principal objetivo é fomentar junto aos egressos a possibilidade do mesmo continuar os seus estudos em nível de especialização.

9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos.

A FACRUZ cuida do desenvolvimento acadêmico dos discentes investindo recursos na melhoria das condições de implementação dos cursos que freqüentam, e zelando pela qualidade de sua formação. É inerente à estrutura curricular de todos os cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu tanto a articulação teoria-prática como a articulação ensino-pesquisa-extensão.

Também no âmbito das atividades do próprio curso são realizadas as Semanas, as Jornadas, os Encontros, os Simpósios que aproximam os alunos do mesmo curso e de cursos afins, da mesma e de outras IES, bem como dos professores e profissionais/especialistas convidados, favorecendo a atualização e o aprofundamento de conhecimentos e a troca de experiências. Desse modo, é cultivado o “aprender a aprender” sempre que há interesse e dedicação dos alunos.

9.3. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.

A Faculdade Santa Cruz – FACRUZ construiu uma relação interdisciplinar entre os cursos para o acompanhamento de seus egressos. Acompanhamos o egresso por meio do nosso Núcleo de Empregabilidade. Está em planejamento a criação de um encontro anual de egressos, oportunidade em que podemos traçar ricas experiências com os mesmos no que tange ao desempenho dos mesmos no mercado, pontos de melhoria no curso etc.

Está também em análise a implementação de um programa para oportunizar a formação continuada para os alunos egressos da FACRUZ, conforme projeto de Resolução abaixo, que ainda está em análise pelo nosso Conselho Técnico Administrativo - CTA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO CTA

Dispõe sobre o Prêmio Continuidade para Alunos que fizeram os seus cursos de graduação e pós-graduações na Faculdade Santa Cruz – FACRUZ que realizarem pós-graduação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA FACULDADE SANTA CRUZ – FACRUZ, no uso de suas atribuições estatutárias, depois de ouvido o Conselho, em reunião ocorrida em 12 de março de 2015, resolve:

Art. 1º - Instituir o Prêmio Continuidade, como forma de beneficiar os alunos que houverem concluído os seus cursos de graduação e/ou de pós-graduação na Faculdade Santa Cruz – FACRUZ, com a concessão de bolsa parcial de estudo, desde que, venham a se matricular em quaisquer dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, após a conclusão dos respectivos cursos de graduação ou pós-graduação.

Art. 2º - Definir que as bolsas de estudos sejam oferecidas de forma diferenciada com base nos seguintes critérios:

§1º– Até 12 (doze) meses após a colação de grau da graduação a distribuição será da seguinte forma:

- Bolsa integral (100% de desconto) nas mensalidades dos cursos de Pós-graduação, para o aluno laureado em cada curso de graduação;
- Bolsa de 35% (trinta e cinco por cento) do valor do investimento do curso para os alunos de graduação que desenvolveram as atividades de monitoria por dois semestres;

§2º– Independente do tempo decorrido após o curso, será ofertada bolsa de 20% (vinte por cento) para todos os ex-alunos da Faculdade Santa Cruz – FACRUZ, da graduação e/ou da Pós-graduação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O desconto não é cumulativo a nenhum outro benefício que o aluno tenha direito a possuir, devendo o mesmo optar, pelo desconto que melhor convier.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O desconto incidirá apenas sobre as mensalidades pagas até o vencimento.

Art. 3º - Casos omissos serão definidos pelo CTA.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Diretor-Geral

DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

10.1. Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.

Os recursos auferidos pela FACRUZ enquadram-se perfeitamente com a previsão de aplicação destes recursos nos termos constantes no seu PDI. Há uma relação compatível entre a quantidade e o tipo de cursos e atividades oferecidas e os recursos necessários para viabilizá-los, assegurando o padrão de qualidade proposto no PDI. Da mesma forma, as metas financeiras instituídas pelo PDI são plenamente viáveis, realizadas com perfeita consonância com os recursos recebidos pela IES.

Da mesma forma, os documentos analisados referentes à previsão orçamentária da IES demonstram que há aplicação dos recursos financeiros para investimentos tanto no seu espaço físico como na aquisição de equipamentos e livros para a biblioteca.

É essencial destacar que a FACRUZ realiza anualmente um orçamento detalhado, abordando uma correta previsão de receita e despesas. Nestes 12 anos de funcionamento a FACRUZ já enfrentou, e superou, grandes desafios, apresentando, ano a ano, uma considerável melhoria em relação à sua sustentabilidade financeira.

10.2 Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

A Faculdade Santa Cruz – FACRUZ possui uma política rígida e eficiente com relação ao equilíbrio e a compatibilidade entre suas despesas e os recursos financeiros disponíveis e previstos. Além disso, possui mecanismos e sistemas de implementação que correspondem à integral realização das receitas previstas. Há uma congruência entre planos de desenvolvimento de pessoal, incluindo obrigações trabalhistas, atualização de infra-estrutura e apoio.

Dentro do orçamento anual da IES existe previsão de aplicação de fontes alternativas de receita para o financiamento de projetos educacionais específicos. Por meio de rigorosa análise, verificou-se que a FACRUZ possui autonomia financeira capaz de sustentar e assegurar o seu projeto de expansão. Há um controle demonstrado das despesas efetivas em relação às despesas correntes, de custeio, de pessoal e investimentos, e cumprimento das obrigações legais.

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O orçamento da Faculdade Santa Cruz – FACRUZ é elaborado pela Diretoria da Mantenedora. O desempenho econômico-financeiro e o comportamento e evolução da receita e da despesa serão monitorados pela mantenedora, em parceria com a Diretoria da instituição. Os ajustes serão promovidos sempre que necessário, na receita, na despesa ou nos investimentos.

A colaboração entre a mantenedora e a mantida, por intermédio de seus dirigentes superiores, facilitará o cumprimento da peça orçamentária e/ou sua correção, quando houver comprovada necessidade.

10.3. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Dentro da previsão orçamentária da Faculdade Santa Cruz – FACRUZ há uma previsão para a aplicação dos recursos financeiros para os programas de ensino, pesquisa e extensão. Da mesma forma, os documentos examinados revelam a existência de previsão de aplicação dos recursos financeiros para investimento em projetos sociais de pesquisa e extensão universitária.

Nos orçamentos também estão previstos investimentos diversos para suportar o número de cursos e de alunos previstos no PDI, notadamente os investimentos que se referem à: construção de novas salas de aula, laboratórios, biblioteca e demais ambientes educacionais; máquinas e equipamentos para salas de aula, laboratórios e biblioteca; aquisição de acervo para os novos cursos e atualização do acervo dos cursos já existentes.

PLANO DE INVESTIMENTOS

Os investimentos serão voltados prioritariamente para viabilizar a implantação dos programas e projetos dos cursos e programas inseridos neste PDI e para a melhoria contínua do ensino de graduação.

O orçamento prevê os seguintes percentuais de investimento sobre a receita total:

- a) Acervo bibliográfico - 2%;
- b) Atualização tecnológica e ampliação de *hardware* e *software* para o laboratório de informática - 4,8% em média; e
- c) Outros investimentos (material permanente, reposição de equipamentos etc.) - 1,50 %.

Os investimentos serão realizados com recursos alocados dos resultados financeiros apurados ano a ano. Quando o resultado financeiro não for positivo, caberá à mantenedora suportar os investimentos, total ou parcialmente.

ADEQUAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA

Para o PDI foram levantados os compromissos assumidos na implantação de cursos e programas, na melhoria contínua do ensino, na implantação e desenvolvimento das práticas investigativas, extensão, nos cursos de bacharelado e licenciatura e programas de pós-graduação, de tecnologia e seqüenciais, na atualização tecnológica dos equipamentos e *software* de informática e de tecnologia educacional e na ampliação e atualização do acervo da biblioteca. A implantação dos planos de capacitação e de carreira docente, após o diagnóstico da situação atual, mereceram destaque na alocação de recursos para o período. Os investimentos foram programados a partir da projeção para implantação dos cursos e turnos.

A gestão financeira é de responsabilidade da mantenedora, a quem caberá liberar os pagamentos dos recursos humanos (professores e pessoal não-docente) e

outras despesas de custeio. Os investimentos são realizados diretamente pela mantenedora, tendo sempre presentes as metas e ações inseridas no PDI.

Ainda no final de 2014 a mantenedora da FACRUZ, o Centro de Ensino Superior Santa Cruz – CESAC, foi adquirida por um grupo de educadores da cidade de Campina Grande/PB, liderados pelo prof. Williams Barbosa Fernandes e profa. Nadjala Carvalho Barbosa, sendo iniciado assim um novo ciclo na história da FACRUZ.

A partir desta mudança dos sócios da mantenedora o CESAC recebeu uma série de aportes financeiros no intuito de recuperar a saúde financeira da mantenedora e reforçar os investimentos realizados na mantida, a FACRUZ.

As primeiras ações dos novos mantenedores foram exatamente no sentido de sanear as dificuldades nos aspectos econômicos e financeiros da FACRUZ. Dentre estas ações iniciais podemos destacar: pagamento de salários atrasados, negociação com fornecedores, pagamento e parcelamento de impostos e débitos, aporte de capital para investimento em infraestrutura da IES (reformas, biblioteca, laboratórios etc.)

Como exemplo dos investimentos que foram feitos neste período está a atualização do acervo da biblioteca, que passou de 559 títulos e 2.132 exemplares quando da visita in loco do credenciamento para 735 títulos e 3.028 exemplares atualmente.

Outro investimento relevante feito pelo novo grupo de sócios da mantenedora foi a atualização do laboratório de informática, com a compra de 30 novos desktops para uso da comunidade acadêmica. Também como investimento em laboratórios foi inaugurada a nova brinquedoteca, para uso dos alunos de Administração nas atividades acadêmicas regulares e ações junto à comunidade do município de Santa Cruz do Capibaribe.

Também como exemplo da evolução positiva da FACRUZ neste período entre a primeira visita para credenciamento e os dias atuais as demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício) do exercício anterior ao protocolo de credenciamento, 2009, de 2014, 2015 e do

exercício atual até o mês de setembro/2016 demonstram uma sensível melhora no desempenho econômico-financeiro da mantenedora.

Analisando estas Demonstrações Financeiras podemos destacar os seguintes pontos de melhoria: em 2009 o CESAC apresentou na sua Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) um prejuízo de R\$ 143.801,11, já no ano de 2014 o DRE apresenta um lucro de R\$ 203.505,47 e no ano de 2015 um lucro de 55.490,94. Nos primeiros nove meses de 2016 já temos um lucro de R\$ 328.680,49. Esta reversão nos resultados, de prejuízo para lucro, já demonstra os impactos positivos na situação econômica e financeira do CESAC decorrentes das ações já implementadas no decorrer do ano de 2014 e 2015.

Estas ações passam por um melhor apoio aos alunos que se encontram inadimplentes, ações de empregabilidade junto ao corpo discente, negociação com credores em bases mais justas, parcelamento dos débitos fiscais e previdenciários etc.